



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
UNIDADE EDUCACIONAL PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ROSA MARIA SILVA DE ARAÚJO

O SINCRETISMO E SUAS EXPRESSÕES NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL
2020

Rosa Maria Silva de Araújo

O Sincretismo e Suas Expressões no Serviço Social Brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal de Alagoas/Unidade
Educacional Palmeira dos Índios, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marli de Araújo Santos

PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Palmeira dos Índios
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Kassandra Kallyna Nunes de Souza (CRB-4: 1844)

<p>A663s</p>	<p>Araújo, Rosa Maria Silva de O sincretismo e suas expressões no serviço social brasileiro / Rosa Maria Silva de Araújo, 2020. 81 f.</p> <p>Orientadora: Marli de Araújo Santos. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Campus Arapiraca. Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Palmeira dos Índios, 2020.</p> <p>Bibliografia: f. 78 – 81</p> <p>1. Serviço social. 2. Marxismo. 3. Conservantismo. 4. Capitalismo. 5. Sincretismo. I. Santos, Marli de Araújo. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 364</p>
--------------	--

Rosa Maria Silva de Araújo

O Sincretismo e suas expressões no Serviço Social brasileiro

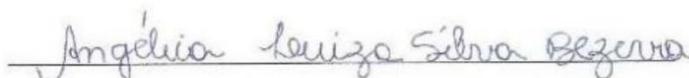
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado a Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Campus Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Data de Aprovação: 17/02/2020

Banca Examinadora



Prof.^a Dra. Marli de Araújo Santos
(Orientadora- Curso de Serviço Social/ Unidade Educacional Palmeira do Índios)



Prof.^a Dra. Angélica Luiza Silva Bezerra
(Examinadora interna- Curso de Serviço Social/Unidade Educacional Palmeira do Índios)



Prof.^a Ma. Jinadiene da Silva Soares Moraes
(Examinadora externa)

À minha mãe Josefa de Araújo, por todo incentivo e dedicação, e a meu pai Arlindo Pedro (*in memoriam*), por toda alegria e auxílio, o céu azul e o Ar – Lindo!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus** por toda iluminação e proteção necessária para que eu chegasse até aqui.

Aos meus pais, **Josefa** e **Arlindo**, que não mediram esforços para que essa caminhada se concretizasse.

Aos meus irmãos, **Willer** e **Wilker**, os quais acompanharam o trajeto percorrido, em suas incertezas e possibilidades.

À **Lino**, por me acompanhar com afeto nas lutas e sonhos, que já passaram e que virão adiante, e por todo incentivo diário.

À minha madrinha **Juliana** e as minhas tias, em especial tia **Maristela**, mulheres que contribuíram para meu ingresso e permanência na Universidade.

Às minhas amigas **Ranielly**, **Jéssica**, **Nadja**, **Viviane**, **Débora**, **Betty**, as quais compartilhei momentos de lazer, conversas e desabafos quando a situação ficava difícil (porque ser universitária não é fácil!)

Às amigas que o Serviço Social me trouxe: **Anne**, **Bia**, **Dani**, **Denise** e em especial **Rayane** e **Aline** (as de sempre nos grupinhos) e a turma 10 pelos aprendizados proporcionados.

À clínica escola de Psicologia, que me acolheu durante a passagem pela Ufal - Unidade Palmeira dos Índios através da figura de duas estagiárias (hoje profissionais) adoráveis, **Adaline** e **Jade**.

À minha orientadora, prof^a **Marli**, a qual tive a sorte de encontrá-la ao final do segundo tempo, mas que generosamente contribuiu para minha formação e no construto deste trabalho.

À todos os/as professores da Ufal - Unidade Palmeira dos Índios, que contribuíram com esmero para a minha formação e as dos demais estudantes.

Por fim, agradeço a todos que de algum modo contribuíram para meu crescimento como mulher, amiga, estudante e futura profissional, meu mais sincero: Obrigada!

*Não sou profeta
Nem tão pouco visionário
Mas o diário
Desse mundo tá na cara
Um viajante
Na boléia do destino
Sou mais um fio
Da tesoura e da navalha
Levando a vida
Tiro verso da cartola
Chora viola
Nesse mundo sem amor
Desigualdade
Rima com hipocrisia
Não tem verso nem poesia
Que console um cantador
A natureza na fumaça se mistura
Morre a criatura
E o planeta sente a dor
O desespero
No olhar de uma criança
A humanidade
Fecha os olhos pra não ver
Televisão de fantasia e violência,
Aumenta o crime
Cresce a fome do poder
Boi com sede bebe lama
Barriga seca não dá sono
Eu não sou dono do mundo
Mas tenho culpa, porque sou
Filho do dono*

(Filho do dono, compositor: Petrucio Amorim)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral compreender o Sincretismo e como este se expressa no âmbito do Serviço Social brasileiro. Parte-se do pressuposto do sincretismo como uma categoria histórica e social que perpassa a natureza do Serviço Social possuindo, pois, materialidade a partir da gênese e desenvolvimento da profissão nos marcos do capitalismo monopolista, além de identificar as expressões sincréticas presentes em algumas das principais produções acerca da natureza do Serviço Social brasileiro, frutos de sua Renovação profissional, diante das questões responsáveis por repor o conservadorismo na profissão com o nível de aproximação a tradição marxista operado pela profissão e também as instâncias de apropriação do marxismo como influxos substanciais para a reposição do sincretismo. Os procedimentos metodológicos utilizados para desenvolver este estudo pautaram-se no método materialista histórico dialético de Marx, através de pesquisa bibliográfica qualitativa. Os resultados apontam para a existência de diferentes expressões sincréticas na profissão, que ao serem evidenciadas nas produções teóricas em diferentes momentos históricos das apropriações da tradição marxista, representam a materialização do sincretismo como uma categoria pertinente ao Serviço Social que se manifestou durante a trajetória profissional.

Palavras-chave: Sincretismo. Conservadorismo. Marxismo. Serviço Social.

ABSTRACT

This work has as its general objective to understand Syncretism and how it is expressed within the Brazilian social service. It starts from the assumption of syncretism as a historical and social category that permeates the nature of Social Work, therefore possessing materiality from the genesis and development of the profession in the landmarks of monopolistic capitalism, in addition to identifying the syncretic expressions present in some of the main productions about the nature of the Brazilian Social Service, the fruits of its Professional Renewal, in view of the issues responsible for replenishing conservatism in the profession with the level of approximation the Marxist tradition operated by the profession and also the instances of appropriation of Marxism as substantial inflows to the replacement of syncretism. The methodological procedures used to develop this study were based on Marx's dialectical historical materialist method, through qualitative bibliographic research. The results point to the existence of different syncretic expressions in the profession, which when evidenced in theoretical productions at different historical moments of the appropriations of the Marxist tradition, represent the materialization of syncretism as a category relevant to social work that manifested itself during the trajectory professional.

Keywords: Syncretism. Conservatism. Marxism. Social Work.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O SINCRETISMO EM DEBATE: UMA CATEGORIA INCORPORADA AO SERVIÇO SOCIAL	14
2.1	A CATEGORIA SINCRETISMO	15
2.2	O SINCRETISMO ONTOLÓGICO DO SERVIÇO SOCIAL	27
2.3	O SINCRETISMO E AS IMPLICAÇÕES DE REPRODUÇÃO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL	34
3	SINCRETISMO E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: AS DIFERENTES EXPRESSÕES SINCRÉTICAS NA PROFISSÃO	45
3.1	OS LIMITES DA APROPRIAÇÃO DA TRADIÇÃO MARXISTA PELO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	46
3.2	A TESE DE CORRELAÇÃO DE FORÇAS (1972)	50
3.3	A TESE DA IDENTIDADE ALIENADA (1989)	55
3.4	A TESE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (1993)	58
3.5	A TESE DA PROTEÇÃO SOCIAL (1995)	61
3.6	A TESE DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL (2001)	65
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS	79

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tem como objeto de estudo o sincretismo e suas respectivas expressões no Serviço Social brasileiro. Espera-se com esse estudo contribuir para a compreensão do sincretismo no Serviço Social, a despeito das lacunas e questões que abrem espaço na profissão para a presença do conservadorismo, e por isso nos debruçaremos sobre o sincretismo, uma vez que compreendemos que este está interligado ao Serviço Social, configurando-se uma categoria essencial para o entendimento da natureza da profissão.

A escolha do tema ocorreu devido o contato com a temática no decorrer das aulas de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social IV no percurso da graduação em Serviço Social, que veio a despertar o interesse de compreender como o sincretismo se expressa na trajetória da profissão.

Partiremos do pressuposto de que o sincretismo perpassa a natureza da profissão apresentando-lhe implicações substanciais em seu desenvolvimento histórico, que afetam ao nível do exercício profissional e também no âmbito da produção do conhecimento, no processo de abstração da realidade que encontra-se circunscrita à profissão ao passo que é legatária de uma elaboração histórica de pesquisa, diálogo com áreas do saber e acumulação teórica que ultrapassam as temáticas que dizem respeito a si mesma, e que em paralelo aprofunda o nível de estudos sobre seus fundamentos teórico-práticos.

Uma vez que possui materialidade na realidade social, conformando uma totalidade que perpassa a natureza sócio-profissional e afetando seus direcionamentos e atividades no bojo do atendimento cotidiano as demandas que chegam na estrutura das políticas sociais sob responsabilidade e a égide do Estado Burguês, é que o sincretismo torna-se capaz de ser abstraído teoricamente, enquanto característica fundamental do método de Marx, sendo a comprovação desta materialidade o que torna capaz de compreendê-lo como uma categoria histórico-social que tem sua existência atrelada ao advento do capitalismo monopolista.

Com isso utilizar-se-á como método o materialista histórico dialético, decorrente da teoria social crítica nos apresentada por Marx no decorrer de seus escritos sobre a sociedade burguesa capitalista. Para tanto, de acordo com Paulo Netto (2011) “teoria é para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (PAULO

NETTO, 2011, p. 21) Sendo, pois, a teoria um momento de abstração das ideias sobre um objeto posto no real, que para um maior resgate do objeto parte de categorias centrais que a auxiliem.

A fim de obter tal captura do entendimento do objeto por meio de aproximações sucessivas, busca-se aliar-se a categoria mediação a de totalidade, de modo que se compreenda que a realidade social em que se insere o objeto pesquisado é sempre mais complexa, e dotada de diversas particularidades, não sendo, pois, cabível de ser desvelado em sua completude. Desta forma temos um método que se apresenta de maneira sistemática, dialética e histórica (PONTES, 1997).

Concomitante ao método marxiano, os procedimentos metodológicos adotados no decorrer deste trabalho, encontram-se situados no campo da pesquisa qualitativa e da pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2002), se caracteriza pela particularidade de tomar como base fontes e materiais que já se encontram elaborados. Assim, temos que comumente este tipo de pesquisa busca analisar ou explorar produções de modo a dar novo direcionamento nas discussões em torno do objeto.

Nesse sentido, tomaremos por base parte do arsenal histórico acumulado pelo Serviço Social que dizem respeito ao sincretismo e seus determinantes, bem como, de temáticas que contribuam para a elucidação de nosso objeto, sendo alguns dos principais autores que contribuíram para o entendimento do objeto deste trabalho: Iamamoto (2015), Maranhão (2016), Paulo Netto (2009; 2010), Santos (2007) e Souza (2016).

Deste modo, nosso estudo estrutura-se em duas seções dispostas da seguinte forma: após a introdução, a primeira seção dedica-se a iniciar o movimento de reflexão e captura das bases materiais que formam a categoria sincretismo, dando enfoque central a existência do sincretismo no âmbito do Serviço Social e os significados adquiridos no marco da profissão. Na composição do objeto resgataremos dois diálogos fundamentais, o da dimensão ontológica do sincretismo e o dos desdobramentos de suas implicações conservadoras no Serviço Social brasileiro, apontando para os pontos em que os dois diálogos coadunam e quando se distanciam, visando constituir em caráter aproximado a totalidade do sincretismo na profissão.

Por fim, na segunda seção, visa-se através da discussão realizada do sincretismo, abordar de modo mais particular como este se expressou na história do Serviço Social a partir de sua renovação profissional, por isso o movimento de revisão de algumas das principais obras

acerca da natureza profissional¹, objetivando evidenciar as manifestações sincréticas que influenciaram a profissão em dado momento histórico, sendo elas: A tese da correlação de forças de Vicente de Paula Faleiros; a tese da identidade alienada de Maria Lúcia Martinelli; a tese da assistência social de Maria Carmelita Yasbek; a tese da proteção social de Suely Gomes Costa e a tese da função pedagógica do/a assistente social de Marina Maciel Abreu.

As teses em questão encontram-se inseridas em diferentes níveis de apropriação da tradição marxista pelo Serviço Social, mostrando-se imprescindível retornar ao diálogo com este movimento de contato da profissão com o marxismo, o qual influenciou sobremaneira os níveis de compreensão do marxismo em cada período histórico. Para tanto, buscaremos situar estas produções teóricas em cada nível de apropriação do marxismo, que por suposto, ao fazer parte de diferentes momentos históricos podem conter diferentes expressões do sincretismo na profissão.

¹ Tomaremos essas obras como teses assim como é tratado primeiramente por Yamamoto (2015).

2 O SINCRETISMO EM DEBATE: UMA CATEGORIA INCORPORADA AO SERVIÇO SOCIAL

Nesta seção, centraremos nosso estudo no sincretismo, visando abordá-lo enquanto uma categoria histórico-social, materializada na realidade e situada na história. Preliminarmente, no primeiro item apresentaremos as características mais gerais de seu surgimento e como o conceito sincretismo foi introduzido originalmente na Antiguidade Grega, passando por alterações substanciais a partir da influência renascentista na Idade Média e alcançando um significado filosófico apenas com a chegada da modernidade.

Após trafegar por seu sentido conceitual, passaremos ao estudo do sincretismo como categoria incorporada ao Serviço Social, apresentando a discussão do sincretismo envolto a natureza do Serviço Social e dedicando-se atenção especial as bases da estrutura sincrética que conferem materialidade ao sincretismo dentro da profissão (o que o demanda, o solo cotidiano onde ele se estabelece e a modalidade específica do exercício profissional que o reforça), havendo pois os delineamentos gerais do objeto e do debate que serão realizados posteriormente.

Desse modo, no segundo item da seção traremos a discussão acerca do sincretismo ontológico do Serviço Social, apresentando as continuidades e avanços do sincretismo comparado a sua tese original, dando destaque a relação empreendida com as categorias de a “Ontologia do Ser Social” de György Lukács e apresentaremos em seguida a discussão sobre a função do sincretismo como singularidade conservadora que persiste na profissão mesmo após o movimento de Renovação brasileiro.

No terceiro item, discorreremos sobre o sincretismo como base material responsável pela reprodução do conservadorismo no Serviço Social, sendo incorporada à discussão algumas mediações principais advindas dos influxos que atingem a tradição marxista, e também, o nível e a forma de aproximação do Serviço Social e esta tradição no período de sua Renovação profissional, abrindo espaço para que duas implicações sincréticas perdurem na profissão, no que concerne a necessidade do sincretismo de um conhecimento instrumentalizável e a reposição intelectual do sincretismo, vetores eminentemente conservadores.

2.1 A CATEGORIA SINCRETISMO

O termo sincretismo surgiu etimologicamente na Antiguidade Grega, com a terminologia “συνχρητισμός” (*sygkretismós*) a partir da “união de cretenses² contra um inimigo em comum” (MORA, 1966, p. 680), significando primariamente a “coalizão de cretenses” (MORA, 1966, p. 680). Assim, desde sua origem grega, o sincretismo expressa a união ou reunião de interesses distintos, corporificado no pacto político realizado pelos cretenses a fim de alcançarem uma finalidade conjunta, o qual sinaliza para a existência de diversidades entre os grupos de cretenses, mas, não detalha as particularidades do acordo empreendido. Neste ínterim, sabemos qual a finalidade a que está entrelaçado o termo (a união dos cretenses a fim de alcançarem um mesmo objetivo) porém, dispensa-se os elementos para que compreendamos como o acordo foi firmado, isto é, como o sincretismo foi operado neste contexto histórico.

Outro momento histórico que possibilitou mudanças essenciais na conceituação do termo ocorreu no período que marca a transição da Idade Média ao capitalismo, sendo pois, necessário ter em mente que o capitalismo não se apresenta como um modo de produção desenvolvido naturalmente na realidade social, seu desenvolvimento possui raízes num dinâmico processo histórico que tem sua transição desencadeada na crise do modo de produção feudal, isto é, “ a estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela” (MARX, 1988, p.252).

O feudalismo configurou-se como um modo de produção que emerge após a desestruturação política e econômica do modo de produção anterior caracterizado pelo Escravismo³ e a crise do Império Romano (PAULO NETTO; BRAZ, 2006). Sendo pois “uma

² Eram denominados cretenses os habitantes da ilha de Creta, localizada no mar mediterrâneo entre os continentes da Europa, Ásia e África, no qual Creta representava historicamente o começo da civilização grega, por volta de 2000 e 1400 a.c., e parte essencial do que atualmente se conhece como Antiguidade Grega. No que tange ao sentido do sincretismo na Antiguidade Grega, acredita-se que os conflitos se desencadearam a partir da importância de Creta sobretudo pelo comércio (distinto das relações comerciais capitalistas, haja vista que tratava-se de uma relação comercial típica do modo de produção escravista por meio da troca de mercadorias e a presença do dinheiro apenas como meio de troca) e as marcas que carregava de ter uma expansão marítima que possibilitava o contato com as demais civilizações da época. Sendo assim, Creta se apresentava como um espaço de interesse possível de ser disputada por diversos povos, por exemplo os Aqueus e os Dórios, que assim tentaram obter seu domínio por meio de invasões e guerras fazendo o povo de Creta proteger seus domínios (PAULO NETTO; BRAZ, 2006).

³ Na Antiguidade, o modo de produção escravista ou escravismo “esteve na base da grande civilização grega” (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p.66) sendo suas relações sociais constituídas por duas classes sociais antagônicas, os escravos e seus proprietários que “compatibilizou-se bem com as formas imperiais: com as conquistas de novos territórios, os proprietários obtinham novos escravos e coletavam mais tributos dos dominados” (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p.67). De acordo com Paulo Netto e Braz (2006) em comparação

sociedade de classes que tinha sua relação social de produção predominante baseada na exploração da classe dos servos e camponeses pelos senhores da nobreza ou do clero” (MANZANO, 2013, p.55). Este modo de produção, tinha ainda como característica o fato de basear-se na autossuficiência, tendo como propriedade privada a terra, e sendo sua produção de natureza eminentemente agrária e inicialmente de pequena produtividade, materializada nos feudos, porções de terra em que viviam tanto os senhores feudais quanto os servos (MANZANO, 2013).

Este modo de produção era marcado segundo Manzano (2013) por um poder descentralizado, com cada feudo detentor de determinada autonomia, sendo unificados em toda a Europa pela relação de produção empreendida e sobretudo pela influência da religião católica. Com o aumento paulatino do excedente econômico advindo da produção desenvolvida, possibilita-se o fortalecimento do comércio, mediante as trocas decorrentes da mercadoria por dinheiro nas feiras e a troca do dinheiro adquirido por outras mercadorias, não havendo “acúmulo de dinheiro, por parte do camponês; este apenas pode incrementar sua produção doméstica na medida em que adquire instrumentos de trabalho mais sofisticados e avançados” (MANZANO, 2013, p.59) dando este processo abertura para emergir um grupo que mais tardar formaria uma nova classe social, os burgos⁴.

Com a crise que atinge o feudalismo entre os séculos XIV e XVIII, mediante dentre outras coisas o desenvolvimento do comércio e das cidades, e como fator essencial a “luta de classes entre senhores e camponeses, diante da exploração servil crescente” (MANZANO, 2013, p. 64), tem-se assim um processo violento de expulsões dos servos do campo, uma vez que aqueles que possuíam algum excedente advindo de seu tempo de trabalho, tinha a possibilidade de se incorporar ao comércio local e aqueles que estavam desprovidos de tudo só restava-lhes vender a sua força de trabalho, dando início ao processo de acumulação primitiva do capital ⁵(MARX, 1988).

com as comunidades primitivas, o escravismo significou um avanço para a humanidade, mesmo em face da contradição das relações sociais, no qual por meio dele pode-se introduzir a propriedade privada, por meio da exploração do trabalho humano, além de neste modo de produção terem sido estabelecidas as primeiras formas de poder político em que se sobressai a figura do Estado.

⁴ Segundo Manzano (2013) os burgos se caracterizavam como comerciantes e artesões que eram habitantes das vilas e que participavam na produção de produtos artesanais ou de caráter manufaturados, não sendo ainda nesse momento uma produção de natureza industrial.

⁵ Processo histórico trabalhado por Marx (1988) no capítulo XXIV de sua obra “O capital” intitulado *A Assim Chamada Acumulação Primitiva* que trata essencialmente da expropriação dos camponeses do campo no feudalismo, o início de sua crise, e a grande concentração de riqueza ocorrida em meio a separação dos meios de trabalho do trabalhador, no qual o dinheiro passará a mediar as relações sociais e econômicas existentes, abrindo possibilidade de quem detinha capital adquirir trabalhadores “livres” que possuíam como última alternativa vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência.

Assim, segundo Marx (1988):

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1988, p. 252).

Importa nesse momento, em vias de desenvolvimento de nosso estudo, que neste período de transição marcado sobretudo pela crise do modo de produção feudal e alterações nas relações sociais, opera-se mudanças pertinentes a convivência de classes sociais do antigo regime (servos e senhores feudais) com novas classes sociais (capitalistas e trabalhadores assalariados), desenvolvendo portanto conflitos e lutas de classes e havendo a presença do “absolutismo, como forma estatal de transição ao Estado burguês” (MANZANO, 2013, p. 72).

Entre este período de transição, no século XV, temos um movimento cultural e político que se estenderá pela Europa, denominado Renascimento⁶ que passa a “designar a renovação moral, intelectual e política decorrente do retorno aos valores da civilização em que supostamente, o homem teria obtido suas melhores realizações: a greco-romana” (ABBAGNANO, 2007, p. 852), oscilando para Abbagnano (2007) em dois extremos, um de oposição a Idade média e outro de continuidade com esta.

Nesse prisma somente com o movimento de transcedência da ‘idade das trevas’⁷ desencadeado pelo Renascimento, é que realiza-se uma outra apropriação social do termo sincretismo, passando a ser utilizado para caracterizar a fusão ou mistura de elementos em meio a intensificação das guerras da religião, marcadas pelo enfrentamento de representantes da Igreja Católica e da Reforma Protestante⁸ (INFOPÉDIA, 2013). Desse período, pode-se extrair a vinculação original do termo a religião e um de seus significados mais empregados até a

⁶ Segundo Abbagnano (2007) tanto o conceito como a palavra surgem associada a religião, no qual na Idade média era utilizado para marcar o “retorno do homem a Deus” (ABBAGNANO, 2007, p. 852).

⁷ Conceito empregado no Renascimento para designar o período de dominação religiosa, predominantemente católica, concernente a Idade Média e que marca o limiar do conflito entre Religião e Racionalidade e Razão.

⁸ A reforma protestante possuiu um significado muito importante na Inglaterra segundo Manzano (2013) foi um movimento “motivado por fatores econômicos, tais como: desvincular-se da forte influência dos reis católicos da Espanha [...] fortalecer o Estado absolutista inglês, assim como ocorria com os outros Estados que surgiam, e, principalmente, confiscar as terras, as propriedades e a riqueza correspondentes aos feudos católicos na Inglaterra. Se por um lado essas medidas provocaram grande descontentamento por parte significativa da nobreza católica na Inglaterra e no resto da Europa, possibilitou aos ingleses iniciar um período de acumulação de capital e de destravamento dos óbices interpostos pela antiga ordem feudal católica” (MANZANO, 2013, p.79).

atualidade, isto é, o sincretismo passa a ser utilizado a partir daí para caracterizar a fusão ou mistura de elementos distintos sejam eles religiosos, culturais, políticos, sendo este significado de sincretismo o que ainda é mais utilizado em nossa atualidade.

A partir da acumulação primitiva do capital e a liberação dos camponeses do trabalho servil típico do feudalismo, “os trabalhadores, antes atados por laços de servidão, tornaram-se livres desses laços, mas também desprovidos de quaisquer meios de subsistência” (MANZANO, 2013, p.82), sendo de acordo com Manzano (2013) estas ocorrências fundamentais para que houvesse a consolidação do capitalismo e que deram impulso para que houvesse a Revolução Industrial inglesa no século XVIII. Porquanto, com a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo, há a busca pelo rompimento com a visão de mundo medieval, característica da Idade média, e a criação de uma nova visão de mundo, com uma base racional que modifica o campo cultural, da filosofia e das ideias e que dão forma ao pensamento moderno propiciado pelo novo modo de produção capitalista.

É na modernidade portanto, que de acordo com Abbagnano (2007) o sincretismo em seu sentido filosófico é trazido no séc. XVIII, em meio as mudanças econômicas e sociais advindas da Revolução Industrial, por Jakob Brucker⁹ na produção do famoso escrito “História crítica da filosofia” de 1742, em que o autor denomina o sincretismo enquanto “uma conciliação mal feita de doutrinas filosóficas completamente diferentes” (ABBAGNANO, 2007, p. 903).

Desde então, designa-se frequentemente com essa palavra qualquer conciliação que se considere mal feita ou mesmo os pontos de vista que auspiciem uma conciliação indesejável. Esse termo também foi empregado na história das religiões, para indicar os fenômenos de sobreposição e fusão de crenças de origens diversas. Neste caso, o termo também é usado com disposição polêmica, para designar sínteses mal feitas, não tendo, portanto, significado preciso (ABBAGNANO, 2007, p. 903).

Desse modo, o sincretismo é retomado na modernidade ligado a religião, expressando sumariamente a fusão ou ligação de religiões e não obtendo resultado satisfatório, uma vez que, ao reunir elementos diversos, escapava-se ao padrão de estrutura que compunha cada religião em específico. Além disso, a terminologia é tomada como a operação de sínteses, que ao dispensar um estudo mais aprofundado de cada corrente filosófica, realiza uma associação de baixa qualidade, podendo ser identificada perante um estudo mais aprofundado das bases e limites de cada ramo filosófico. Entretanto, como afirma o autor, trata-se de uma disposição

⁹ Teólogo protestante e historiador de filosofia de nacionalidade alemã, responsável pelo significado filosófico de sincretismo, e que como característica marcante, retoma o significado do termo ligado a religião, distinguindo-se na medida que sua contribuição destrincha um pouco mais o significado do termo.

polêmica, ao passo que, ao ser realizada uma conciliação sincrética, existe a possibilidade dessa disposição sincrética ser validada dentro dos campos filosóficos, com risco de ser incorporado naquelas estruturas que essencialmente não o comportava antes (ABBAGNANO, 2007).

Há assim uma semelhança evidente entre o significado de sincretismo e o de ecletismo, e para que não se confunda o emprego dos dois termos, torna-se pertinente distingui-los ainda que rapidamente. Segundo Mora (1966), Brucker sinaliza a diferença existente entre o sincretismo e o ecletismo, onde o sincretismo se caracterizaria por “doutrinas que consistem em fundir diferentes opiniões sem que aparentemente haja um critério de ‘seleção’” (MORA, 1966, p. 680), enquanto o ecletismo seria uma “diretriz filosófica que consiste em escolher, dentre as doutrinas de diferentes filósofos, as teses mais apreciadas, sem se preocupar em demasia com a coerência dessas teses entre si e com sua conexão aos sistemas de origem” (MORA, 1966, p. 298).

A semelhança entre ambos reside, portanto, nas mediações realizadas, à medida que se nutrem de teorias diversas sem aprofundar o campo de origem e essência que as dão forma; já a principal diferença entre sincretismo e ecletismo é demarcada pela capacidade de selecionismo existente em uma operação eclética (MORA, 1966), que, na tentativa de justificar cientificamente, tem-se a formação de um “mosaico de ideias formulados não a partir da imanência da realidade, mas pela vontade do filósofo” (ROCHA, 2005, p. 57), daí surgindo a capacidade de adequação da teoria a realidade, mediante a necessidade e intencionalidade do sujeito que o emprega. Aparentemente, esse processo inexistente no sincretismo sendo, portanto, ecletismo e sincretismo duas operações antagônicas.

Diante disso, esta diferenciação se mostrará importante na medida em que iniciarmos o debate acerca do sincretismo no Serviço Social, uma vez que, o ecletismo é tomado como uma expressão do sincretismo, podendo ser um dos caminhos possíveis de identificação do sincretismo no âmbito intelectual das produções realizadas pela profissão, mas, limitar a compreensão do sincretismo a esta expressão impossibilitaria o debate que nos propomos a realizar nesse estudo, visto que, em nossa compreensão o sincretismo possui bases materiais que ultrapassam essa particularidade eclética e que fazem dele não apenas um conceito e sim uma categoria que marca a gênese e desenvolvimento do Serviço Social.

A discussão acerca do sincretismo existente no Serviço Social, nos é apresentada primordialmente por José Paulo Netto, em seu livro intitulado “Capitalismo Monopolista e

Serviço Social”¹⁰, no período em que ocorria a consolidação da apropriação marxista na profissão, decorrido do processo de erosão das formas tradicionais e conservadoras¹¹ que imperavam na profissão e a abertura gestada para o diálogo com correntes mais críticas, dentre elas o marxismo.

Ao longo da trajetória histórica do Serviço Social no Brasil dois momentos foram fundamentais, o primeiro refere-se a sua emergência enquanto profissão, no final da década de 1930, que tinha em suas protoformas uma formação pautada em bases confessionais com influência do Tomismo e do Neotomismo de São Tomás de Aquino¹², e que a medida que se institucionaliza em 1940 requer a necessidade de uma profissionalização que possui como primeiro aporte teórico o Positivismo, devido a aproximação ocorrida com o Serviço Social norte-americano (IAMAMOTO, 2014; PAULO NETTO, 2009)¹³. O segundo diz respeito as mudanças da profissão em face da autocracia burguesa¹⁴, o qual o Estado autocrático ao requerer a modernização da profissão possibilita a tentativa de ruptura, por parte dos/as assistentes sociais, com a direção histórica anterior da profissão (PAULO NETTO, 2010).

¹⁰ *Capitalismo monopolista e Serviço Social de 1992 e Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* de 1990, correspondem a tese de doutorado de José Paulo Netto intitulada primariamente como *Autocracia burguesa e Serviço Social* e apresentada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP, correspondendo pois a primeira e segunda parte de um mesmo trabalho do autor e contribuindo significativamente para os debates do Serviço Social na perspectiva histórico-crítica, uma vez que situa a profissão em sua gênese no capitalismo monopolista e aborda as mudanças mais significativas da profissão a partir da Ditadura de 1964-1985 no contexto brasileiro (PAULO NETTO, 2010).

¹¹ Conforme Paulo Netto (2010) a crise do Serviço Social tradicional se configurou como um processo que ultrapassou o espaço brasileiro, abarcando outros países latino-americanos, resguardadas as diferenças. No decorrer dos anos 1960 há algumas mudanças significativas como as ditaduras militares nos países latinos e a diversidade de teorias que abarcaram o séc. XX. Contudo o autor nos aponta que a pretensão não é de levantar um estudo sobre todos esses processos e sim delinear os caracteres gerais que rebateram no Serviço Social. Além disso, decorrente da “crise do padrão de desenvolvimento capitalista” (PAULO NETTO, 2010, p.142) o mundo se viu frente a um cenário de lutas sociais e reivindicações em prol de melhorias de vida, como também o levante de pautas em prol de diversas áreas. Isso tudo faz com que seja requerida do Estado burguês uma nova roupagem, já que o modo como vinha atuando não estava sendo suficiente para conter as massas revoltantes, que o faz de maneira autocrática. É, pois, nesse contexto que o Serviço Social busca contestar suas práticas de cunho tradicional, além de refletir sobre as diversas mudanças que são postas pelas relações sociais, as quais influem no seu exercício profissional e possibilitam sua Renovação (PAULO NETTO, 2010).

¹²O Serviço Social ao se embasar no Tomismo e no Neotomismo, ambas doutrinas sociais da Igreja Católica, possuía como características essenciais de suas ações o bem-comum, a dignidade da pessoa humana e o ajustamento dos indivíduos (IAMAMOTO, 2014).

¹³ “Para impor-se e atuar, o Serviço Social estará englobado e legitimado por um quadro jurídico e institucional; deixará de ter por base de sua ação de ‘enquadramento’ as pequenas obras caridosas e assistenciais. As ações dispersas e sem solução de continuidade, que atingem parcela insignificante da *população pobre* das cidades, deixam lugar a uma prática institucionalizada cujo âmbito de atuação são grandes segmentos do proletariado. A partir dos *aspectos materiais* de sua intervenção, o Serviço Social deixa de ser uma forma de distribuição controlada da exígua caridade particular das classes dominantes, para constituir-se numa das engrenagens da execução das políticas sociais do Estado e corporações empresariais” (IAMAMOTO, 2014, p.328).

¹⁴ Termo que faz referência a ditadura militar brasileira (1964-1985) e que em síntese significa “Poder Ilimitado”, o qual afetou ao nível cultural, educacional, econômico e político a sociedade brasileira. Os detalhes desta discussão estão contidos em Paulo Netto (2010).

Para tanto, Paulo Netto (2009) cumpre a tarefa de captar nesta obra algumas determinações e mediações essenciais que perpassam um desses momentos centrais, quer seja, a emergência do Serviço Social enquanto profissão, pautando seu estudo no período histórico de 1930 a 1960 e possibilitando um sustentáculo fundamental para a argumentação posterior sobre o aspecto sincrético que se expressa no interior da profissão, tanto em sua consolidação quanto em sua legitimação histórica.

Com efeito, Paulo Netto (2009) aponta para o duplo dinamismo que é responsável pela construção de um dado estatuto profissional, quer seja, “de uma parte, aquele que é deflagrado pelas demandas que lhe são socialmente colocadas; de outra, aquele que é viabilizado pelas suas reservas próprias de forças (teóricas e prático-sociais)” (PAULO NETTO, 2009, p. 89), não sendo, portanto, os avanços de uma profissão na realidade social, creditada aos resultados advindos apenas dos esforços de uma categoria ao nível de sua cientificidade e tecnificação, recebendo assim, influência das demandas resguardadas no cenário macrossocial, que demandam a atuação.

Vale dizer que, no capitalismo monopolista¹⁵ uma profissão se legitima, na medida que a realidade social impõe como necessidade imperiosa um grupo de profissionais, dentre eles o/a assistente social, que inserido na dinâmica do mercado de trabalho inaugurado pelas políticas sociais, são chamados a intervirem de modo a atenderem os padrões de resultados requisitado pelo Estado, não havendo preocupação primordial por parte de quem contrata, com as bases teóricas em que se assentam a profissão (PAULO NETTO, 2009).

Nesse sentido, cabe assinalar que para Paulo Netto (2009) o sincretismo ao invés de ser uma problemática resultante de uma incompreensão do estatuto profissional do Serviço Social, – a partir do entendimento da profissão derivado de uma evolução das diretrizes teóricas com direcionamento eminentemente endógeno – resulta das condições que conformam a

¹⁵ O imperialismo ou capitalismo monopolista corresponde segundo Lenin (2012) a continuação do desenvolvimento capitalista e de suas características fundamentais, possível a partir de 1870 quando se atinge o clímax da livre concorrência do capital. De acordo com o autor, há cinco traços principais do imperialismo, que apesar de não serem uma definição total do fenômeno, contribuem para uma compreensão mais aproximada de sua integralidade sendo, pois, “1) a concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu marcada importância; em que a partilha do mundo pelos trustes internacionais começou; em que a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes terminou” (LENIN, 2012, p.124-125).

“própria natureza sócio-profissional do Serviço Social” (PAULO NETTO, 2009, p.92) sendo situado essencialmente na prática profissional dos/as assistentes sociais, considerada ausente de “um referencial teórico-crítico-dialético” (PAULO NETTO, 2009, p. 92).

Deste modo, segundo o autor:

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social (PAULO NETTO, 2009, p. 92, grifos do autor).

Porquanto, o sincretismo ao residir nas bases do exercício profissional do Serviço Social, acaba por despontar em outras dimensões sincréticas, seja ao nível científico e ideológico a que também se refere o autor, que nutrem-se vigorosamente de uma estrutura materialmente sincrética, composta pelo “universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e a sua modalidade específica de intervenção” (PAULO NETTO, 2009, p. 92).

O primeiro componente, trata de enfatizar a própria moldura em que surge a “questão social”¹⁶ e como esta é respondida no marco do capitalismo dos monopólios. A “questão social” nessa compreensão, possui suas bases objetivas fincadas na lei geral de acumulação capitalista, evidenciada por Karl Marx no capítulo XXIII de “O capital”, no qual à medida que o capital ergue sua peculiar forma de acumulação (com base na exploração exacerbada da força de trabalho, cujo objetivo se volta a obtenção dos grandes lucros e extração de maior quantidade de mais valia, numa relação intrínseca entre trabalho socialmente necessário e trabalho

¹⁶ Segundo Paulo Netto (2009) o termo foi empregado primeiramente no século XIX, para nomear o fenômeno do pauperismo que assolava os trabalhadores em face dos impactos da industrialização iniciada no século anterior, com a Revolução Industrial na Inglaterra. Sendo um fenômeno novo, uma vez que distinguia-se do tipo de pobreza presente em sociedades anteriores, que eram advindas da escassez da produção, o qual este fenômeno passa a decorrer de um novo tipo de pobreza, a grosso modo, resultado da produção e acúmulo de riquezas advindas da exploração do trabalho nos marcos da sociedade capitalista nascente e possuindo desdobramentos essencialmente sócio-políticos. Na segunda metade do século XIX, com o marco histórico da Revolução de 1848, há um deslocamento do termo para o vocabulário conservador, passando a “questão social” a ser naturalizada por conservadores laicos e confessionais e havendo sua conversão a um viés moralizador, que visa distanciar seu entendimento de uma ligação direta às estruturas da sociedade capitalista (PAULO NETTO, 2009). Segundo Santos (2008) a utilização de “questão social” entre aspas, que passa a ser adotada pelo Serviço Social não justifica-se apenas pelo cuidado com a “origem conservadora da expressão” (SANTOS, 2008, p.27), já que “as aspas também foram adotadas como ‘solução’ para o fato da ‘questão social’ não poder ser alçada ao estatuto de uma categoria no sentido marxiano como ‘forma de ser, determinação da existência’” (SANTOS, 2008, p.27) visto que o termo caracteriza-se como um conceito e não uma categoria que existe na realidade e não sendo pois capaz de ser abstraído ao nível do pensamento, significando a priori que “o que tem existência real não é a ‘questão social’ e sim suas expressões, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista” (SANTOS, 2008, p.27, grifos do autor).

excedente¹⁷⁾ cresce exponencialmente no estágio monopolista ao ponto de no reverso do processo produzir tendencialmente um conjunto de problemáticas que atingem ao nível econômico, político, cultural e social tal sociabilidade (MARX, 1988; PAULO NETTO, 2009).

De modo a responder as expressões da “questão social” que se alastra pela sociedade, o Estado burguês¹⁸⁾ dos monopólios passa a atuar sobre a “questão social”, por meio de políticas sociais, enquanto instrumentos sistemáticos que visam a “preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente” (PAULO NETTO, 2009, p. 22) no qual, ao assumirem uma forma fragmentada, visam intervir sobre os problemas sociais, além de cumprir uma função apaziguadora das lutas de classes. Ainda que sejam executadas por meio do Estado, as políticas sociais, conforme Paulo Netto (2009), não decorrem somente deste, sua funcionalidade reside essencialmente no movimento das lutas de classes, e assim sendo da “capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado por vezes, responde com antecipações estratégicas” (PAULO NETTO, 2009, p. 29).

Nessa movimentação histórico-social completa-se a forma do primeiro elemento da estrutura sincrética, uma vez que, ao atuar sobre as expressões da “questão social” de forma parcial e fragmentada por meio das políticas sociais, o Estado burguês visa afastar sua compreensão da totalidade que comporta seus fundamentos materiais, que é o da relação

¹⁷⁾ “Força de trabalho é aí comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, às necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga, portanto, que contêm uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. As condições de sua venda, quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua contínua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital. O salário, como se viu, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não-pago por parte do trabalhador. Abstraindo inteiramente a elevação do salário com preço decrescente do trabalho etc., seu aumento significa, no melhor dos casos, apenas diminuição quantitativa do trabalho não-pago que o trabalhador tem de prestar. Essa diminuição nunca pode ir até o ponto em que ela ameace o próprio sistema” (MARX, 1988, p.191-192).

¹⁸⁾ O Estado segundo Marx (1995) é responsável pelo “ordenamento da sociedade” (MARX, 1995, p.80) no qual a medida que admite a existência de problemas sociais na sociedade o faz de modo a explicá-los com base em leis da natureza ou apontando como de responsabilidade da vida privada, buscando encontrar em última hipótese a causa dos problemas sociais em “deficiências acidentais intencionais da administração” (MARX, 1995, p.80). Assim, o Estado “repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho cessa o seu poder” (MARX, 1995, p.80). A existência do Estado tem, portanto, como fundamento “a escravidão da sociedade civil” (MARX, 1995, p.81) representando os interesses da classe dominante, que no capitalismo é representado pela classe burguesa, e visando proteger sumariamente a propriedade privada, donde desponta os conflitos e interesses que marcam as sociedades de classes (MARX, 1995).

capital-trabalho perante à acumulação capitalista. Na tentativa de encobrir a essência da “questão social”, essa forma de Estado utiliza de seu aparato formal-abstrato¹⁹ de modo a enquadrar as expressões da “questão social” a níveis e instâncias de problemáticas, fazendo com que para cada espaço sócio ocupacional, haja um determinado tipo de demanda institucional, voltada a um determinado grupo da população, isto é, parcializando-se a problemática multifacetada da “questão social” (PAULO NETTO, 2009).

O segundo componente apontado na estrutura sincrética pelo autor, se refere a malha cotidiana em que se situa a atuação profissional, se relacionando estreitamente ao terceiro elemento, que remete a manipulação das variáveis empíricas, enquanto marca singular da inserção do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho (PAULO NETTO, 2009).

A vida cotidiana, concebida enquanto categoria histórico-social ineliminável de toda e qualquer sociedade, tem sua materialidade ancorada no lugar e função que assume na realidade. De acordo com Rocha (2012), pautando-se no referencial teórico de Agnes Heller e György Lukács, quando o homem a partir do trabalho busca suprir uma determinada necessidade e transforma a natureza, “contribui para a reprodução da sociabilidade” (ROCHA, 2012, p.57) e possuindo o cotidiano a tarefa primordial de garantir a reprodução social, tem-se que o desenvolvimento do cotidiano possui estreita relação com o desenvolvimento do ser social (ROCHA, 2012).

Ademais, no cotidiano ocorre a reprodução das relações sociais, no qual os sujeitos desenvolvem suas particularidades, onde à medida que estes buscam a manutenção de suas realidades, corroboram com a reprodução da sociabilidade que os englobam, também porque, o cotidiano não é neutro, sendo perpassado pelas características decorrentes do tipo de trabalho exercido em cada momento histórico (ROCHA, 2012).

Nesses termos, fica claro que o ambiente imposto pelo cotidiano conduz o homem à alienação, à absorção dos padrões e normas impostos pelo sistema em exercício, e sendo esse o sistema capitalista, o homem fica ainda mais dependente da

¹⁹ De acordo com Guerra (2007) o pensamento racionalista formal surge no espaço acadêmico a partir de meados do século XX com as formulações de Émile Durkheim, o qual “aparece reposto nas teorias sociais particulares, sob a forma de paradigmas de explicação e ordenação da realidade social” (GUERRA, 2007, p.65) constituindo, pois, os fundamentos do racionalismo formal-abstrato. “Ao negar a tradição ontológica da filosofia clássica, ao equalizar a compreensão entre natureza e sociedade, ao se limitar ao conhecimento da aparência imediata, o racionalismo formal acaba por transladar procedimentos do método lógico-experimental para a análise da sociedade, o que lhe permite estabelecer tanto modelos de explicação quanto programáticas de intervenção sobre a realidade social, para a qual oferece um conjunto de procedimentos manipulatórios e instrumentais. Tais modelos de explicação, ao coincidirem com as evidências imediatamente colocadas pela positividade dos fatos no capitalismo, passam a se constituir no conteúdo das requisições dos sujeitos que se propõem a compreender a sociedade” (GUERRA, 2007, p.15).

sua capacidade de adaptação ao modo de vida, pois é desta que depende a sua sobrevivência e o seu reconhecimento entre seus pares (ROCHA, 2012, p.63).

Em linhas largas, o cotidiano enquanto plano material em que se consubstancia a reprodução da sociedade, é transpassado por determinações, características, ideologias e fenômenos resultantes da práxis humana em sociedade, podendo assim, ser espaço de reprodução ou superação da consciência atual dos sujeitos, a depender das possibilidades de disputas na realidade social e momento histórico vivido. Ao passo que, possui como características centrais, a heterogeneidade, a hierarquização, a imediatividade e superficialidade, entre outros, que, não obstante afetam também o pensamento, que se transmuta dentro das estruturas cotidianas do pensar (ROCHA, 2012).

Desse modo:

A cotidianidade suscita a imediatividade das atividades para garantir a efetivação da sua função, que é a reprodução dos indivíduos humanos e da sociabilidade; então o pensamento cotidiano acompanha essa imediatividade para dar respostas concretas às necessidades dos homens (ROCHA, 2012, p.79).

Nesse prisma, quando entrecruza-se as características essenciais da vida cotidiana ao Serviço Social e seu inerente sincretismo, ocorre que as instituições estabelecidas cotidianamente tendem a requisitar respostas profissionais que atendam às suas requisições institucionais, e que ao invés de alcançarem o cerne do problema remetem a respostas imediatistas, aligeiradas que não ultrapassam o campo da fenomenalidade, e que no que tange ao Serviço Social, habitam a esfera das mudanças nas variáveis empíricas, isto é, numa manipulação de cunho quantitativo de tais respostas, de modo que se consiga rearranjar tais variáveis e atingir assim os padrões de eficácia delimitados institucionalmente, lançando mão, na sua maioria, de correntes teóricas que se encontram presentes subliminarmente na vida cotidiana (PAULO NETTO, 2009; ROCHA, 2012).

Dessa maneira, entende-se que a manipulação dessas variáveis empíricas num determinado espaço de atuação profissional de uma política social específica se apresenta como baliza de validação da prática profissional, sendo, pois, o aporte para identificação de uma prática concluída ou “inconclusa” (PAULO NETTO, 2009, p. 93) por parte dos/as assistentes sociais.

Nesse sentido, Paulo Netto (2009) parte da análise dos elementos que dão forma a estrutura sincrética do Serviço Social; em seguida como esses componentes impactam a constituição da prática profissional; e, uma vez a prática profissional sendo infiltrada por estes

vetores, como reproduz outras expressões sincréticas que transbordam ao âmbito da formação profissional e das correntes ideológicas que o rodeiam, sendo pois, os principais elementos da estrutura sincrética evidenciada pelo autor, um núcleo central no entendimento do sincretismo.

Não obstante, ao se apresentar como campo de exposição inicial ao entendimento do que seja a totalidade do sincretismo, e possuir a obra de Paulo Netto (2009) a delimitação de um contexto histórico determinado (até 1960), não capta pela própria intencionalidade do autor, os desdobramentos posteriores do sincretismo ao passo que este se amplia e modifica-se em outras dimensões e momentos históricos da profissão, ainda que em contraponto, em sua obra posterior²⁰, *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*, apresente-se uma análise substancial sobre as vertentes presentes na Renovação do Serviço Social, e o sincretismo de fundo, presente na estrutura destas no período da autocracia burguesa (PAULO NETTO, 2010).

Porquanto, os três componentes da estrutura sincrética são responsáveis por conferir materialidade a categoria sincretismo, na medida que este pode ser visualizado a partir de elementos reais dispostos no cotidiano profissional com a atuação específica do Estado sob as expressões da “questão social”, bem como sua peculiar forma de enfrentamento por meio de políticas sociais que por sua própria configuração, mais velam do que revelam a natureza da “questão social”, além de serem estes componentes os motores que demandam e influenciam na manipulação de variáveis empíricas como característica sincrética legitimada no exercício profissional do Serviço Social.

Verifica-se ainda que o estudo da estrutura sincrética como traço da natureza profissional, após ser apresentado por Paulo Netto (2009) aos/as assistentes sociais, serviu de subsídio para alguns trabalhos que foram formulados em seguida. Ainda que de maneira polêmica, uma vez que a tese do sincretismo não obteve consenso na profissão, a utilização de alguns de seus elementos serviu de base para as discussões sobre política social e “questão social” por exemplo, e para estudos que se debruçaram diretamente sobre o aspecto sincrético do Serviço Social.

Na esteira dessa argumentação, partiremos para as excursões sobre o sincretismo empreendidas por dois outros autores: César Maranhão (2016) e Jamerson Souza (2016). A

²⁰ Mesmo que num nível cronológico “Ditadura e Serviço Social” tenha sido publicado primeiro, e somente dois anos depois “Capitalismo monopolista e Serviço Social” venha a publicação, consideramos esta obra posterior devido o marco histórico que o autor delimita (1960 a 1980). Como bem apresentado em Paulo Netto (2010) ambas as obras configuram partes do escopo de um mesmo trabalho, a tese de doutorado do autor, na respectiva ordem aqui evidenciada.

escolha destes autores, em especial, deve-se ao fato de terem sido os primeiros pesquisadores que se dedicaram a continuação do estudo de Paulo Netto (2009). Ademais, compreendemos que suas discussões apresentam uma aproximação ao tema acrescentando outras mediações, que trouxeram novos contornos a temática e que se tornaram referência para grande parte das produções posteriores sobre o sincretismo.

Diante disso, considerando a discussão realizada até esse momento e que as reflexões de Souza (2016) se apresentam como complemento substancial a estrutura sincrética, (a qual identifica-se, pois, com a abordagem inicial de Paulo Netto (2009), guardada as distinções necessárias) justifica-se, pois, a escolha deste autor na sequência desta explanação.

2.2 O SINCRETISMO ONTOLÓGICO DO SERVIÇO SOCIAL

Neste item, partiremos ao estudo do sincretismo a partir do viés ontológico²¹, apresentado originalmente por Jamerson Souza, em seu estudo intitulado “O sincretismo no Serviço Social: uma abordagem ontológica”, que é complementado posteriormente por meio de outro trabalho do autor, “Tendências ideológicas do Conservadorismo”. Ambos os trabalhos possuem como característica o fato de aliarem a discussão do sincretismo a discussão de Paulo Netto (2009) e a perspectiva lukacsiana, lançando mão de mediações “que se constituem como especificidades” (SOUZA, 2016a, p.115) de uma mesma unidade que constitui a profissão (SOUZA, 2016a) e sendo, pois, necessários a discussão na medida que objetiva afunilar o debate inicial do sincretismo que foi evidenciado a pouco em nosso trabalho.

No escopo de seu trabalho, Souza (2016a) apesar de trazer alguns elementos do sincretismo na contemporaneidade, – como quando pontua a particularidade brasileira, as mudanças pós crise estrutural atual do capital, os avanços das correntes ideológicas

²¹ A dimensão ontológica aqui evidenciada diz respeito a concepção lukacsiana ao trabalhar a ontologia do ser social. Conforme Lukács (2010) visa-se “determinar principalmente a essência e a especificidade do ser social. Mas, para formular de modo sensato essa questão, ainda que apenas de maneira aproximativa, não se devem ignorar os problemas gerais do ser, ou, melhor dizendo, a conexão e a diferenciação dos três grandes tipos de ser (as naturezas inorgânica e orgânica e a sociedade) [...] Tal coexistência dos três grandes tipos de ser – suas interações, bem como suas diferenças essenciais aí incluídas – é, assim, um fundamento tão invariável de todo ser social que nenhum conhecimento do mundo que se desenvolva em seu terreno, nenhum autoconhecimento do homem, poderia ser possível sem o reconhecimento de uma base tão múltipla como fato fundamental. Visto que essa situação do ser também fundamenta toda práxis humana, ela tem necessariamente de constituir um ponto de partida ineliminável para todo pensamento humano, que, em última análise – como haveremos de mostrar –, provém dela e surgiu para conduzi-la, modificá-la, consolidá-la etc. O papel da ontologia na história e no presente do pensamento humano é, pois, concretamente determinado pela constituição ontológica do próprio ser do homem, e por isso não é – de fato, não apenas abstrata e verbalmente – eliminável de nenhum sistema de pensamento, nenhum domínio do pensamento e antes de tudo, naturalmente, de nenhuma filosofia” (LUKÁCS, 2010, p. 31-32).

conservadoras, e alguns influxos que afetam a política de educação e, portanto, a formação profissional, entre outros – possui como objetivo central uma análise ontológica, dos componentes que formam o sincretismo profissional, e que em contrapartida contribuem para a reflexão do objeto na atualidade.

Ainda que a obra de Paulo Netto (2009) e Maranhão (2016), publicadas anteriormente e no qual se apropria, realize um estudo do sincretismo no Serviço Social de maneira que se descortine seus componentes ontológicos, Souza (2016a) apresenta com primazia o objeto a luz das categorias centrais da Ontologia do Ser Social, trabalhada no interior da tradição marxiana, essencialmente por György Lukács. Nesta concepção, o sincretismo ao invés de ser tomado enquanto uma problemática aparente do Serviço Social, é abordado enquanto um “*ser precisamente assim existente*, em seu movimento objetivo e contraditório, em suas mediações e em suas conexões com a totalidade concreta” (SOUZA, 2016a, p.114, grifos do autor).

Souza (2016a) retoma “a articulação ontológica do Serviço Social profissional” com a “nova dinâmica econômica e política estabelecida com a formação do capitalismo monopolista” (SOUZA, 2016a, p.123), sendo importante para o autor haja vista que, na interação dessa estrutura concebe-se o “momento predominante que implica o sincretismo no exercício profissional” (SOUZA, 2016a, p.114).

O referido autor expõe a articulação entre capitalismo monopolista e uma de suas mediações preponderantes, o Estado burguês, como o momento predominante central do sincretismo na profissão (SOUZA, 2016a), no qual dito de outro modo, o salto ontológico que propicia a transição das protoformas do Serviço Social à profissão institucionalizada e legitimada na sociedade, teve como momento predominante o Estado burguês na fase monopolista do capital que foi responsável por impulsionar esta movimentação. Na medida que o sincretismo é tomado como um traço constitutivo da natureza profissional, no cenário que se desdobra tal salto ontológico do ser da profissão, gestam-se os elementos presentes na estrutura sincrética evidenciada anteriormente por Paulo Netto (2009).

Assim, o autor retoma a particularidade da intervenção do Estado na reprodução da força de trabalho como “principal mediação que se relaciona com o Serviço Social” (SOUZA, 2016a, p.127) e como a forma que as políticas sociais são estruturadas inferem na prática interventiva do Serviço Social, sendo uma das mediações que concorre no fortalecimento da manipulação das variáveis empíricas e redução das expressões da “questão social” no exercício profissional cotidiano, além de tornar imprecisa a conceituação do termo “questão social”, que não raro, confunde-se com problemas sociais distintos presentes na realidade (SOUZA, 2016a).

Nestes termos, para Souza (2016a) ao ser o complexo do sincretismo profissional, associado a tais mediações históricas, dois traços são destacados pelo autor que nos parecem fundamentais. O primeiro nos é apresentado de maneira direta: “a problemática do sincretismo não é idêntica em todas as dimensões” (SOUZA, 2016a, p. 115), no qual o autor aponta para as especificidades presentes em cada dimensão que forma a unidade sincrética, que ora distinguem-se, ora aproximam-se, sendo exemplar as particularidades existentes entre o sincretismo da prática e formação profissional, ainda que um interaja com o outro.

Visando evitar uma abordagem dicotômica é que o autor aponta para a diversidade de mediações e singularidades existentes “da prática profissional, da formação acadêmica e no âmbito da pesquisa e produção do conhecimento” (SOUZA, 2016a, p. 115) que formam a totalidade do sincretismo, e que impossíveis de serem abstraídas ao nível do pensamento de uma única vez, carece de um estudo que aborde suas singularidades para assim abstrai-las em sua totalidade (SOUZA, 2016a).

O segundo traço reside na escrita do autor de maneira indireta, havendo em cada dimensão do sincretismo a existência de elementos macrossociais e internos a profissão que consistem em reforçá-lo, ainda que os aspectos internos próprios a profissão seja apontada ligeiramente em sua exposição. Assim, é que pela própria estrutura do trabalho do autor isto se evidencia, ao passo que transita inicialmente pelo eixo dos fundamentos teórico-práticos do Serviço Social, sendo oportuno para o autor pontuar aspectos da prática profissional e de sua manipulação de variáveis empíricas situando os fundamentos da profissão na órbita da sociabilidade burguesa; e no segundo eixo procura abordar a relação entre Estado burguês e capitalismo monopolista, agora remetendo mais diretamente aos demais aspectos da estrutura sincrética e apresentando tais singularidades.

Diante disso, é que Souza (2016a) estrutura a argumentação que propõe em seu trabalho uma vez que, atende ao objetivo por ele lançado, ou seja, ao propor o debate ontológico das principais singularidades do sincretismo desencadeadas a partir do capitalismo monopolista e como aproxima-se a profissão, reconstitui tais fenômenos ao ponto de trabalhá-los enquanto totalidade sincrética que põem implicações substanciais para a profissão, embora não tenha a intencionalidade nem seja aquele o momento para aprofundá-las.

Com efeito, esse estudo sobre o aspecto ontológico do sincretismo servirá de base fundamental para seu estudo posterior, o qual, mesmo mudando-se os objetivos, cumpre a função de complementar a compreensão do sincretismo, apresentando-o agora como uma singularidade que é situada num movimento maior, isto é, o sincretismo agora constitui-se como uma particularidade conservadora do Serviço Social, não sendo o núcleo principal do trabalho

mas apresentando nuance especial à medida que é apresentado como uma expressão de um processo de dimensões maiores, situado no bojo do Conservadorismo que apresenta-se no Serviço Social brasileiro.

Nestes termos, em outro trabalho, intitulado “Tendências ideológicas do Conservadorismo”, Souza (2016b) propõe um estudo sobre “o conservadorismo, tomado como ideologia, como tradição de pensamento e ação fundada na modernidade e atuante na contemporaneidade” (SOUZA, 2016b, p. 13), no qual reserva um espaço para levantar a discussão acerca do conservadorismo presente na trajetória do Serviço Social brasileiro.

De modo a reconstituir o panorama geral que embasará as reflexões de Souza (2016b) e as demais discussões empreendidas sobre o sincretismo na profissão, é que se mostra de fundamental importância situar o movimento de confronto ao conservadorismo que se desencadeia no Serviço Social na década de 1960, no Brasil, conhecido como movimento de Renovação da profissão.

Conforme Paulo Netto (2010) a Renovação do Serviço Social brasileiro constituiu-se como um fenômeno que não pode ser tratado como um mero evolucionismo ou movimento natural das tendências desenvolvidas antes da autocracia burguesa, inserindo-se, pois, a análise da profissão no contexto sócio histórico que data antes e durante a autocracia burguesa. Adiante, conceitua em moldes gerais o que entende por movimento de Renovação, no qual pode ser entendida como um conjunto de elementos novos que decorrem da ditadura militar brasileira, tendo por base uma modificação nas tradições que permeavam a profissão, ao passo que se defronta com diferentes ciências e busca maior legitimidade para a sua prática profissional, pautando-se assim num novo referencial teórico que busca, não obstante, responder as demandas postas a profissão no período (PAULO NETTO, 2010).

Nesse sentido, segundo Paulo Netto (2010) a renovação da profissão foi parte do processo de dimensões maiores, conhecido como movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina²² que não possuiu apenas uma forma unívoca, uma vez que em cada país em que se procedeu apresentou particularidades distintas. No que tange a renovação do Serviço Social brasileiro, este passa a ser requerido pelo Estado autocrático e durante a autocracia burguesa adquire novos contornos, se laicizando e tendo como marco uma

²² Em linhas largas, a reconceituação traz um dado fundamental, situado por Paulo Netto (2005), como o da “recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo” (PAULO NETTO, 2005, p.11-12), deixando de ser um mero executor de políticas sociais e ampliando assim sua atuação profissional com o redimensionamento de suas atividades também ao nível intelectual, inscrevendo a profissão num novo patamar, agora de caráter científico e que desemboca assim no apoio a renovação que acontece na profissão no contexto brasileiro.

diversidade de posicionamentos na categoria antes inexistente, sendo assim “a renovação implica a construção de um pluralismo profissional” (PAULO NETTO, 2010, p. 131) havendo, pois, o contato com outras teorias e de propostas de direcionamentos para a prática profissional.

A renovação terá assim como característica marcante “a coexistência de legitimação prática e de validação teórica quando a profissão busca definir-se como instituição” (PAULO NETTO, 2010, p.131), isto é, como nos mostra o autor, as diferentes perspectivas da renovação²³ mesmo quando possuidoras de caracteres conservadores, resguardam um ponto em comum que confere ao fenômeno renovador realmente algo novo na história do Serviço Social, ao passo que passa a unir teoria e prática de modo a conseguir a obtenção da estruturação da profissão de maneira mais sólida (PAULO NETTO, 2010).

De maneira elementar algo que contribuiu para a renovação foi o esforço da categoria que, ao passo que é inserida a profissão nas universidades, acabou por aproveitar da situação e confrontarem o modo como a profissão atuava, além de aproximar-se ao conjunto das ciências sociais, mudando assim seu posicionamento, que tronou-se de teor mais crítico frente o contato com as ciências sociais e rompendo pouco e pouco com o caráter apenas funcional da profissão, na qual desse modo, iniciou-se uma busca por compreender os fundamentos que perpassam a profissão, mesmo que tais mudanças não tenha sido aderida por todos da categoria, haja vista sua heterogeneidade (PAULO NETTO, 2010).

Todavia, Paulo Netto (2010) nos adverte para que não generalizemos tal esforço de validação teórica profissional apenas no que tange ao relacionamento do Serviço Social com outras profissões, nos apontado assim outros traços constitutivos do processo que se mostram de enorme importância no marco da renovação, como a abrangência das discussões feitas pela categoria, que de modo mais complexo avança nas suas proposições cada vez mais; e a busca pela fundamentação teórica que não se reduzia apenas a uma fonte teórica.

²³ O movimento de renovação do Serviço Social brasileiro possuiu três perspectivas principais que são trabalhadas por Paulo Netto (2010). A primeira perspectiva denomina-se segundo o autor como “modernizadora”, haja vista que acontece em seguida da modernização do Estado, em 1964, sendo, pois caracterizada por Paulo Netto (2010), pelo esforço com que os profissionais tentam moldar-se e melhorarem-se frente as novas requisições postas pelo seu contratante, em meio ao contexto autocrático e a adequação do desenvolvimento do país em consonância com o que requisita o capitalismo monopolista. A segunda é a vertente reatualização do conservadorismo, que contrária à perspectiva em cena (modernizadora) visa resgatar o conservadorismo acumulado anterior pela profissão, contudo assim o faz mudando a base teórica que se assentava o teor tradicional, se apropriando da Fenomenologia. Finalmente temos a terceira vertente da renovação, a chamada “Intenção de ruptura”, que ao se aproximar do marxismo nas universidades é a que dá continuidade ao que foi iniciado na Reconceituação latino-americana, mesmo que neste período não se tivesse a noção ainda disso, temos assim uma vertente que, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, vai ganhando espaço no seio da categoria profissional (PAULO NETTO, 2010).

Vale dizer: a validação teórica da profissão adquire a dimensão de uma reflexão inscrita num marco que desborda o corporativismo e o exclusivismo, circunscrevendo um terreno de preocupações que incorpora impostações investigativas diversas para questionar o conjunto de supostos e procedimentos profissionais (PAULO NETTO, 2010, p.133).

Tal mergulho no âmbito teórico fornece a aproximação do Serviço Social com as questões que habitam o mundo do trabalho e da cultura, na tentativa de reflexão sobre o contexto que estava inserida a profissão, a qual passa a construir um novo projeto ético-político que rejeita a neutralidade profissional, se posicionando em favor da classe trabalhadora e, passa a ser cada vez mais dotada de um nível intelectual que provoca até mesmo a crítica a própria profissão, donde o posicionamento da profissão enquanto objeto de pesquisa de modo a serem questionados e investigados as bases e atuações, na qual se estava assentada (PAULO NETTO, 2010).

Assim, Souza (2016b) ao partir do enfrentamento do conservadorismo no Serviço Social em face da renovação profissional aponta que:

Mesmo sob a hegemonia do "projeto ético-político", que estabelece a ruptura com o conservadorismo originário, determinadas características próprias da inserção do Serviço Social na sociedade burguesa recolocam velhos problemas, e esses problemas remetem a determinados traços do conservadorismo [...] (SOUZA, 2016b, p. 243).

Esses traços do conservadorismo em questão, conforme Souza (2016b) antes de significar o retorno de todos os aspectos presentes no período de 1930 à 1960 que são enfrentados pela profissão em sua Renovação, dizem respeito a persistência de duas singularidades que apresentam maior relevo, e que se anunciam como particularidades conservadoras na profissão – sendo a primeira o Sincretismo e a segunda o Ecletismo, concebido pelo autor, como expressão teórica visível do sincretismo (SOUZA, 2016a; 2016b).

Segundo Souza (2016b) ao apontar para a existência dessas singularidades conservadoras que persistem em meio a trajetória de resistência do Serviço Social, pode-se aferir que a estrutura sincrética que perpassa a profissão “apesar de ser condicionada ontologicamente pela sociedade burguesa, não é um bloco monolítico e homogêneo de determinações, que se expressariam de forma idêntica e uniforme” (SOUZA, 2016b, p.243-244), devendo se atentar a abrangência do modo de produção capitalista, o contexto sócio-político em que se insere cada instituição, as contradições atuais das políticas sociais, além das

contradições capitalistas que a depender de determinado período histórico concorre no fortalecimento ou recuo no enfrentamento das singularidades em pauta (SOUZA, 2016b).

Assim, na compreensão do autor supracitado, algumas expressões do sincretismo ganham evidência na atuação profissional diária, no qual:

O exercício profissional sincrético opera por meio da formalização e reiteração de procedimentos; do atendimento imediato de demandas difusas; práticas que estabelecem prioridades a partir de inferências teóricas segmentadas ou necessidades burocrático-administrativas e políticas; recurso eclético aos campos de conhecimento que possam ser instrumentalizáveis e pela ausência de uma perspectiva crítica e ontológica da reprodução capitalista das relações sociais (SOUZA, 2016b, p. 252).

Apreende-se, pois, que na medida que o projeto ético-político é instaurado pela categoria profissional, não se apresenta de maneira absoluta e imutável, sofrendo o influxo da pressão exercida por tais singularidades, e sendo o sincretismo uma base objetiva que permeia a profissão, pressiona no sentido de restaurar aspectos conservadores ao Serviço Social, que se expressam de modo a ameaçar a “legitimidade social, do novo projeto profissional” (SOUZA, 2016b, p.243) bem como reiterar as ‘crises de identidade profissional’²⁴ que se configurou historicamente como uma das consequências oriundas da não aproximação de um referencial teórico-crítico que refletisse a funcionalidade e significado da profissão na realidade inserida (SOUZA, 2016b).

E é este o ponto nodal que é problematizado com afinco nas reflexões de Souza (2016a; 2016b): como o sincretismo possui relação ontológica com o Serviço Social, considerada as circunstâncias capitalistas já evidenciadas; como o sincretismo apresenta dimensões distintas, sendo para o autor o despontar deste para o ecletismo, uma reificação teórico-prática conservadora que ainda suscita imprescindível importância nos debates da profissão, dado seu caráter reatualizado e irresoluto; além de evocar o caráter conservador que o sincretismo apresenta e apontar para seu caráter concreto de teor ineliminável, mas que não pode ser tomado como uma mecanização da profissão, numa relação apenas condicionadora.

²⁴ Em “Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos”, Iamamoto (2007) ao problematizar a profissão circunscrita à divisão do trabalho, une a problemática da legitimidade profissional a uma respectiva crise de identidade, que resultaria como consequência de um entendimento imutável da função da profissão, onde a medida que as práticas predefinidas em questão precisam ser alteradas, conformariam uma crise de identidade, que se opera segundo a autora na consciência dos profissionais mediante demandas renovadas e pois, a necessidade de mudança constante no enfrentamento delas.

Neste horizonte, é que o autor consegue transpassar os componentes solidificados como propagadores sincréticos na profissão (leia-se a estrutura sincrética), trazendo abertura ao debate do sincretismo que contraditoriamente, é resultado das condições em que emerge o Serviço Social, mas que como todo ser não se encontra estagnado, movimentando-se e apresentando nuances passíveis de compreensão e enfrentamento em cada uma de suas dimensões.

Devido aos limites demarcados para a reflexão acerca de seu objeto, o sincretismo aliado ao ecletismo, é desbordado por Souza (2016b) de modo a capturar sua movimentação mais geral que desemboca no conservadorismo, no qual justifica-se, não obstante, o não aprofundamento do enfoque de como o sincretismo se expressa de maneira mais veemente no Serviço Social.

Consoante a Souza (2016) e a associação entre sincretismo e conservadorismo por ele realizada, encontra-se Maranhão (2016) que se destina a refletir o sincretismo e seus aportes conservadores na profissão, todavia, partindo de mediações distintas como os impasses que atingem a tradição marxista, o contato do Serviço Social com esta tradição e como a profissão é afetada a partir disso.

Por seu turno, é que nos debruçaremos a seguir nas reflexões de Maranhão (2016), visto que, em nossa compreensão este autor avança um pouco mais em suas proposições, haja vista as mediações distintas no qual trafega e o novo viés de estudo acerca do objeto, o qual avaliamos, pois, mediante o debate já realizado com Souza (2016), ser capaz de ampliar a elucidação sobre a categoria sincretismo.

2.3 O SINCRETISMO E AS IMPLICAÇÕES DE REPRODUÇÃO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

Neste item iremos apresentar a discussão do sincretismo tendo como base as reflexões desenvolvidas por César Maranhão (2016b) em “Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo”, que se apresenta como um trabalho importante na medida que aproxima nosso objeto das lacunas inerentes a tradição marxista e a aproximação realizada pelo Serviço Social em seu período de renovação, bem como, situa o sincretismo como uma base material responsável pela existência de questões que marcam de maneira conservadora o Serviço Social.

Na busca inicial pela compreensão dos influxos que afetam a concretude da formação crítica e marxista do Serviço Social na contemporaneidade, Maranhão (2016b) parte da

interação de três aspectos que para ele são primordiais para tal análise: o traço sincrético do Serviço Social; os meandros da aproximação enviesada entre o Serviço Social e a tradição marxista; e os caracteres da atual fase monopolista do capital que incidem sobre a movimentação das classes sociais antagônicas.

Tais aspectos, resguardados suas particularidades, dariam forma a uma reposição e reprodução do conservadorismo na profissão, e, ao erguimento de barreiras as possibilidades de suspensão do sincretismo no Serviço Social, dado que a instância que possibilita esta ultrapassagem reside na apropriação rigorosa da teoria marxiana (MARANHÃO, 2016b).

O sincretismo na profissão é trazido pelo autor a partir de uma reflexão sobre o saber teórico-prático do Serviço Social, que caminha desde os giros empreendidos pela profissão a partir dos anos 1970; como as correntes teóricas conservadoras e críticas ganham espaço na profissão; e alguns apontamentos dos impactos e desafios apresentados.

Nesse íterim, Maranhão (2016b) parte de duas implicações do sincretismo apresentadas por Paulo Netto (2009), objetivando apanhar seus desdobramentos centrais, sendo a primeira referente a requisição por parte dos elementos sincréticos de “um conhecimento do social que possa mostrar-se diretamente instrumentalizável” (MARANHÃO, 2016b, p. 176).

Sendo o Serviço Social possuidor de um componente sincrético que visa a manipulação das variáveis empíricas num espaço cotidiano, a imediaticidade o atinge por meio de diferentes demandas e requer deste a mesma agilidade para as respostas profissionais, precisando de uma diretriz teórico-metodológica que atenda a esse aligeiramento imposto, isto é, os componentes sincréticos da profissão movimentam-se de tal forma que para serem respondidos necessitam de um aporte teórico de fácil manipulação, que tende a recorrer as correntes conservadoras como o positivismo, funcionalismo etc., já presente na moldura ideológica das instituições.

Com isso, Maranhão (2016b) aponta para as dificuldades de encaixe entre esse processo sincrético e a teoria marxiana, uma vez que, esta última “é considerada supérflua” (MARANHÃO, 2016b, p. 176) ao passo que necessita impreterivelmente de mediações de diferente alcance, em um período maior de tempo, contrário a estrutura essencialmente burocrática institucional. Portanto, na medida em que ocorre tal afastamento do método marxiano e rende-se ao jugo do sincretismo profissional, fortalecesse o lado dominante que demanda a profissão.

Consoante a implicação anterior, a segunda se localiza no âmbito da “reprodução intelectual do sincretismo” (MARANHÃO, 2016b, p. 178), no qual considerando a demanda sincrética por tal conhecimento instrumentalizável, “o próprio estatuto profissional tem

tendência a reconhecer como legítimas as análises empíricas e o pragmatismo teórico como sendo a forma mais adequada de conhecer a realidade” (MARANHÃO, 2016b, p. 178-79).

Neste prisma, na medida em que se transporta um limite na análise profissional ao nível da imediatividade, surge como tendência, a recorrência a tais correntes ideológicas que são pouco e pouco legitimadas idealmente pelos/as assistentes sociais, e repõem o sincretismo também nesse plano, ainda que com aportes pouco desenvolvidos, ou seja, não se evoca um entendimento essencial das correntes filosóficas utilizadas, dispondo de operações eminentemente ecléticas e teórico-pragmáticas.

Está consolidado na categoria profissional do Serviço Social o marco histórico de tentativa de ruptura com o conservadorismo que se convencionou chamar “intenção de ruptura” (PAULO NETTO, 2010), dado seu caráter não acabado e em contínuo desenvolvimento, que trouxe a profissão imprescindíveis entraves e avanços. Por possuir o caráter de embate ao conservadorismo, este movimento expressou-se como eixo fundamental para uma possível suplantação das implicações do viés sincrético presente desde a gênese da profissão, que, todavia, de acordo com Maranhão (2016b) apresentou alguns problemas que dificultaram a aproximação com a teoria social crítica de Marx, minando a potencialidade do movimento e atingido no reverso de sua proposição objetiva, a reprodução intelectual do sincretismo.

A relação entre o Serviço Social e a tradição marxista tal qual exposto por Paulo Netto (1989) possui como identidade o fato de surgirem no marco da sociabilidade burguesa, e uma série de diferenças que habitam nas condições e objetivos que os constituem nesse cenário. Nesse sentido, por possuírem naturezas distintas, já no enfrentamento da “questão social” se apresentará uma diferença nuclear.

Enquanto a teoria social de Marx busca o desvelamento dos males sociais²⁵ que se manifestam no capitalismo concorrencial, refletindo sua magnitude e partindo na defesa da eliminação do capital como meio de extingui-la; o Serviço Social, se apresenta na fase do capitalismo monopolista, a partir da demanda de uma “questão social” que ampliada a todos os setores da sociedade, precisava ser enfrentada, sendo assim o Serviço Social uma profissão interventiva que antes de intentar a superação do que o demanda, é requisitado a administra-la (PAULO NETTO, 1989).

²⁵ O termo é empregado inicialmente por Marx (1995) para se referir ao fenômeno do Pauperismo, abrangendo o conjunto de fenômenos consequentes e oriundos da sociabilidade burguesa, o qual mais tarde, foi conceituado como “questão social” adquirindo no seio da tradição marxista contornos específicos, recorde a nota de rodapé nº 15 deste trabalho. A título de ilustração pode-se apreciar o uso do termo neste trecho de Marx (1995): “O Estado jamais encontrará no ‘Estado e na organização da sociedade’ o fundamento dos males sociais, como o ‘prussiano’ exige do seu rei” (MARX, 1995, p.79), onde o autor utiliza o termo no sentido aqui apontado.

De acordo com Maranhão (2016b), outra diferença crucial se refere a vertente cultural em que ambas se ancoram, tendo a teoria de Marx um nível de alcance da totalidade da sociabilidade burguesa distinto do Serviço Social, que desde as protoformas surge vinculado “às correntes reacionárias da Igreja católica” (MARANHÃO, 2016b, p.184).

Assim, diferentemente da marxista, na vertente conservadora, o pensamento reacionário se metamorfoseia em pensamento conservador, sob a lente do estilo de pensar positivista, objetivando uma *autorrepresentação do ser social* baseada na epiderme fenomênica de sua aparência imediata e, com isso, funcional aos marcos do capitalismo (MARANHÃO, 2016b, p. 184-185, grifos do autor).

Desse modo, Maranhão (2016b) aponta para as fragilidades que circunscreve o Serviço Social, galgados na própria dinâmica em que este surge historicamente, que o impossibilita de uma aproximação profícua com a tradição marxista, e que em contraponto facilita o contato com as ciências sociais que em determinado momento contribuiu para a profissão, mas que transferiu a esta parte de suas características de “repartição” da totalidade, quando em contato com especialidades que colaboraram para seu cariz conservador, como o foi com a apropriação realizada pelo Serviço Social, das psicologias, do estruturalismo, da fenomenologia, entre outros, que como marca em comum possuíram o fato de ter ocorrido de maneira insuficiente, não possibilitando a profissão uma real captura e entendimento dos fundamentos e dimensões destas correntes teóricas.

Um outro marcador que favorece a reprodução intelectual do sincretismo tem raízes na herança teórico-política em que se inscreve os marxismos, advindos da Segunda Internacional, o marxismo de Lenin e a sociologia crítica²⁶. O ponto nodal da questão se apresenta no séc. XX, quando iniciasse as apropriações confusas da Teoria de Marx pela tradição marxista e posteriormente na crítica que é feita a Segunda Internacional que tem um aporte claramente político. Ocorre assim, um reducionismo da teoria de Marx nessas duas instâncias, que como consequência importante, impacta a difusão correta de suas ideias mundialmente (MARANHÃO, 2016b).

²⁶ Maranhão (2016b) aponta que a partir da Segunda internacional abre-se espaço para uma aproximação limitada com a tradição marxista na qual passa a compreender a teoria de Marx “como uma ‘sociologia científica’, que desvendava o mecanismo da evolução social a partir da análise econômica” (MARANHÃO, 2016b, p.187) e no que tange ao campo da teoria transformava o conhecimento advindo de Marx, em várias subáreas, setorializando assim seu legado (MARANHÃO, 2016b). Mesmo a crítica mais ferrenha a Segunda internacional, realizadas por Rosa Luxemburgo e Lenin não consegue eliminar estes reflexos, uma vez que “as determinações que influenciaram as críticas às concepções da Segunda Internacional foram de caráter eminentemente político” (MARANHÃO, 2016b, p.188). Com isso, mediante a chegada da Terceira Internacional passa-se a consolidar ainda mais os processos desencadeados anteriormente, que com auxílio do marxismo-leninismo em 1950, contribui para converter a teoria de Marx em uma doutrina (MARANHÃO, 2016b).

De acordo com Silva (2003) o pensamento marxiano sofreu o influxo de duas frações que se apresentaram como dominantes no século XX, e que teriam suas ideias incorporadas a Segunda Internacional, sendo a socialdemocracia alemã e a socialdemocracia austríaca, também conhecida como austromarxismo. Segundo o autor, a principal consequência que decorre dessas frações diz respeito ao “deslocamento de eixo, da centralidade do trabalho para a centralidade da política, influenciando na conversão do ‘socialismo revolucionário’ para o ‘socialismo democrático’” (SILVA, 2003, p. 75).

Em verdade, após a Revolução Russa de 1917, um conjunto de críticos que passaram a compor a socialdemocracia, encontraram espaço para suas ideias, em vistas de apontar os equívocos que afetaram a construção do Socialismo na Rússia e a não expansão para os demais países, apontando para a defesa da democracia²⁷ como construto da sociabilidade burguesa, mas que, seria mais uma conquista da classe trabalhadora do que uma concessão burguesa. Suas ideias pouco e pouco passariam a divergir de ideias mais radicais no âmbito do marxismo, haja vista que, já na época da Revolução Russa, Lenin apontava para a “democracia mais como um obstáculo do que como uma alavanca para a luta revolucionária” (SILVA, 2003, p. 79), partindo da compreensão de que esta é mais um fruto da forma de Estado e sociabilidade burguesa, e, portanto, detém um compromisso firmado com a classe dominante (SILVA, 2003).

Segundo Silva (2003), mediante eventos como a queda do muro de Berlim e a desintegração da antiga União Soviética (URSS), os conservadores adquiriram as provas empíricas que lhes faltavam para apontar para “a insuperabilidade da ordem sócio-metabólica do capital e ainda do modelo institucional liberal-democrático” (SILVA, 2003, p.80), e a esquerda marxista, desloca-se pouco e pouco, do caráter revolucionário de suas ideias para a incorporação de um discurso mais suavizado de caráter eminentemente democrático, com a luta direcionada para a conquista de direitos.

Tem-se assim, que as ideias que se punham como dominantes no marxismo, de teor social-democrata, tiveram responsabilidade substancial na mudança de direcionamento de ideias em consonância com o ideário liberal em pauta, e a troca das lutas sociais da classe trabalhadora pelas lutas de caráter parlamentar, pois, acreditava-se que mediante a representação da classe trabalhadora (que é a maioria) nos parlamentos, poder-se-iam firmar

²⁷ “Há, para os social-democratas, uma diferença sensível entre a democracia burguesa e a democracia socialista. A burguesia se estabeleceu no poder sob a bandeira do liberalismo e dos direitos políticos restritos; enquanto a ordem democrática é produto das lutas das classes subalternas, de suas conquistas no campo das liberdades civis e políticas, entre as quais as mais importantes são o sufrágio universal e o direito à livre organização sindical” (SILVA, 2003, p. 78).

acordos com a burguesia, de modo que se preservasse o desenvolvimento econômico, em vistas da conquista gradual das demandas da classe trabalhadora e encontrando-se no próprio desenvolvimento do capitalismo os meios necessários para o erguimento do socialismo (SILVA, 2003). Vejamos ainda que rapidamente como esse pensamento se desdobrou na socialdemocracia alemã e austríaca.

A socialdemocracia alemã apareceu primeiramente “nas formações socioeconômicas capitalistas ocidentais entre a última quadra do século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial” (SILVA, 2003, p. 81) apresentando-se como uma tendência de caráter heterogêneo que trafejou pelas correntes reformista e a que pretendia ser revolucionária. Dois momentos foram primordiais para que a hegemonia social-democrática se estabelecesse, sendo o primeiro o Congresso de Gotha, de 1875, em que há a adoção da política partidária reformista, visando a luta por pautas imediatas para as condições de vida dos trabalhadores e a implementação do viés legalista²⁸; e o segundo o Programa de Erfurt, de 1891, que avançou um pouco mais que o de Gotha, reconhecendo os limites da luta pontual e imediata e realizando a crítica a sociabilidade burguesa, mas que permaneceu representando o reformismo (SILVA, 2003).

Silva (2003) aponta que:

Marx criticou o Programa de Gotha, sobretudo pelo seu silêncio quanto à anatomia do desenvolvimento da sociedade capitalista, o caráter de classe do Estado e a necessidade da revolução socialista. Apesar das reservas de Marx, a tradição social-democrata toma corpo nos debates daquela que seria base para a II Internacional Comunista (SILVA, 2003, p. 82).

Após o congresso de Gotha com o Programa de Erfut, a “tese de que as reformas imediatas eram importantes etapas, na medida em que elas se acumulariam no caminho de uma reestruturação profunda da sociedade, ganha *status* de linha geral do partido” (SILVA, 2003, p. 85), sendo pois a democracia um importante instrumento para a superação da ordem burguesa e estas ideias expandidas a Segunda Internacional no período que acontece a Primeira Guerra, por militantes como Eduard Bernstein e Karl Kautsky, os quais são legatários do movimento de revisionismo e reformismo de grande parte das ideias de Marx²⁹ (SILVA, 2003).

²⁸ Este traço legalista diz respeito segundo Silva (2003) ao “apego ao âmbito legal, ou seja, ao estatuto jurídico-político da luta pelo socialismo” (SILVA, 2003, p.84) onde visava-se não exprimir tanta radicalidade nas críticas realizadas, de modo a não ir contra o âmbito legal proporcionado pelas relações burocratizadas típicas do Estado burguês.

²⁹ A Bernstein é creditado o movimento de revisionismo e segundo Silva (2003) seu “objetivo principal era proceder a “revisão” da obra de Marx, postulando a insuficiência do legado teórico marxiano para solucionar a crise estratégica na qual se encontrava a socialdemocracia, bem como para responder ao hiato que, segundo ele, se manifestava no discurso e na prática política” (SILVA, 2003, p.86). Já a Kautsky credita-se o reformismo, que

Outrossim, o austromarxismo aparece no cenário histórico em fins do século XIX e início do XX, sendo outra corrente que influencia a Segunda Internacional, com a presença de representantes como “Max Adler, Rudolf Hilferding, Karl Renner e Otto Bauer, sendo também figuras de destaque na luta política Fritz Adler e G. Eckstein” (SILVA, 2003, p.101). Mediante as conquistas obtidas com o governo austro-húngaro, no âmbito de melhorias de vida e sobrevivência para os trabalhadores, esta corrente se estabelece como:

a corrente interna mais próxima do revisionismo, que assumia o caminho da re-interpretação do legado marxiano mediante uma aproximação às ideias do empiriocriticismo de Ernst Mach, como fez Fritz Adler e Otto Bauer, ou através da revisão neokantiana, que tem em Max Adler seu principal aderente (SILVA, 2003, p.101).

Dessa maneira, tem-se que o austromarxismo visava a grosso modo ser uma alternativa, tanto ao que propunha a socialdemocracia alemã quanto a revolução bolchevique na Rússia e seu posicionamento mais radical (SILVA, 2003), embora mantivesse o “zelo pela legislação constitucional e pelos compromissos firmados com a burguesia, o que, em certa medida, era resultado da concepção de Estado como palco de ‘correlações de forças’” (SILVA, 2003, p. 103).

Diante disso, apreende-se que mediante a incorporação das vertentes social-democratas na Segunda Internacional, as ideias de Marx passam por uma série de interpretações donde derivam assertivas quanto ao dualismo na obra de Marx e a contradição entre os princípios filosóficos por ele discutidos e a parte mais prática de aplicação desta teoria na realidade; o aspecto mecânico-singular em detrimento da incompreensão do aspecto histórico-universal de sua obra; o revisionismo da obra de Marx moldando suas ideias aos interesses liberais e do capitalismo monopolista que estava se desenvolvendo, o qual faz adotar posturas de conciliação com a classe burguesa e a criação da ilusão de que mediante a participação democrática, a classe trabalhadora efetivaria conquistas que pelo próprio desenrolar do capitalismo resultaria em condições históricas de levante do socialismo revolucionário; e também a mudança na compreensão do Estado sendo para os social-democratas a função deste “representar o interesse geral, estando acima do conflito de classes” (SILVA, 2003, p. 91),

ocorre a partir de 1914, tanto de suas ideias (uma vez que era militante do marxismo ‘ortodoxo’ e abandona esse eixo) bem como das ideias de Marx “sobretudo com apelos crescentes para a adoção da alternativa parlamentar que naquele momento exercia forte sedução, depois de sucessivas vitórias eleitorais do SPD e de outros partidos social-democratas ocidentais” (SILVA, 2003, p. 91).

desvinculando-se pouco e pouco da relação capital e trabalho e pois dos interesses da classe dominante burguesa (SILVA, 2003).

É neste horizonte histórico e intelectual, que ocorre a reprodução intelectual do sincretismo apontada por Maranhão (2016b), uma vez que até o pensamento de Marx com o movimento da Segunda Internacional sofre alterações substanciais, decorrente de interpretações distintas até mesmo no âmbito da totalidade da socialdemocracia, o qual pelo trajeto aqui exposto não seria incoerente apontar para a movimentação eclética que se achega a teoria social de Marx. Assim, é que a teoria marxista, distancia-se profundamente da centralidade proposta por Marx originalmente, sendo a partir de outros intérpretes e militantes, associada a pressupostos criticados pelo próprio Marx, sendo exemplar sua crítica ao congresso de Gotha que não evita a incorporação destas ideias.

Vale ressaltar que após as interpretações da teoria de Marx com a Segunda Internacional tem-se como nos diz Paulo Netto (1989) a conversão desta em um sistema, abrindo espaço para incorporação de um manancial de expressões e interpretações distintas entre si. Assim “com a crise da dogmática doutrinária, tornou-se impossível a referência ao ‘marxismo’ no singular – impôs-se a constatação dos ‘marxismos’” (PAULO NETTO, 1989, p. 95).

Por conseguinte, de acordo com Maranhão (2016b), todas estas questões prejudicaram em proporções diferentes tanto a tradição marxista quanto os grupos ou profissões que se apropriaram dela, e no que diz respeito ao Serviço Social, como consequência marcante operou-se uma aproximação enviesada, que mesmo perante a apropriação mais contundente a Marx nos anos 1990, não eliminou todos os reflexos.

Os meandros desta aproximação enviesada têm seus calços atados a forma como o Serviço Social se aproxima inicialmente da tradição marxista, por meio das correntes mais críticas das ciências sociais, na década de 1960, sobretudo sobre os influxos da militância política e de representantes da esquerda católica, passando por uma interrupção substancial em face da ditadura militar de 1964, e sendo retomada em meados de 1970 (PAULO NETTO, 1989; 2010; SIMIONATTO, 2011).

Conforme Simionatto (2011), neste interim que marca a aproximação do Serviço Social a tradição marxista em 1970, tem-se dois marcos fundamentais no que se refere ao ‘Método de Belo Horizonte’ com sua base teórica assentada em “teses maoístas e althusserianas” (SIMIONATTO, 2011, p. 171), e a proposta contida por Marilda Iamamoto em Legitimidade e crise do Serviço Social que pautou-se “nas fontes originais do pensamento de Marx, com algumas recorrências ao Gramsci de ‘americanismo e fordismo’ e, mais especialmente, à questão dos intelectuais” (SIMIONATTO, 2011, p. 171). Ocorre assim, que

para Simionatto (2011) a aproximação a tradição marxista na transição de 1970 a 1980 contou com uma “larga produção que, no eixo da tradição marxista, busca no aporte teórico gramisciano subsídios para refletir o Serviço Social” (SIMIONATTO, 2011, p. 171), sendo, portanto, uma aproximação enviesada que também decorre do modo como operou-se as aproximações da profissão ao conjunto das ideias de Antonio Gramsci (SIMIONATTO, 2011).

Para Paulo Netto (1989) esta aproximação enviesada com a tradição marxista pode ser singularizada por três traços:

Em primeiro lugar, tratou-se de uma aproximação que se realizou sob exigências teóricas muito reduzidas –as requisições que a comandavam foram de natureza sobretudo ídeo-política, donde um cariz fortemente instrumental nessa interlocução. Em segundo lugar, e decorrentemente, a referência à tradição marxista era muito seletiva e vinha determinada menos pela relevância da sua contribuição crítico-analítica do que pela sua vinculação a determinadas perspectivas prático-políticas e organizacional-partidárias. Enfim, a aproximação não se deu às fontes marxianas e/ou aos ‘clássicos’ da tradição marxista, mas especialmente a divulgadores e pela via de manuais de qualidades e níveis discutíveis (PAULO NETTO, 1989, p.97).

Diante disso, é que a aproximação do Serviço Social a esta tradição, não ocorreu do contato com a teoria social de Marx, não sendo possível naquele momento histórico a diferenciação desta em meio aos Marxismos, e sendo operada uma aproximação “diluída em ‘sínteses’ cujo suporte é o ecletismo mais desabusado” (PAULO NETTO, 1989, p. 97) que foram proporcionados também pela ausência de uma tradição intelectual e o militantismo, que marcavam a profissão (PAULO NETTO, 1989).

Segundo Maranhão (2016b), expressivo reflexo desta aproximação enviesada encontra-se presente na relação entre academia e os espaços sócio ocupacionais, que materializaria uma dicotomia entre um que empreende pesquisas e maior apropriação teórica ao marxismo, e outra que restaria uma prática isolada da academia, propensa a manifestação dos elementos sincréticos, numa dicotomia teórico-prática, além da dificuldade de materialização de uma prática profissional embasada pelo marxismo aos profissionais da ponta dos serviços sociais. A assertiva é polêmica, requisitando um entendimento do sincretismo que ultrapasse essa expressão mais aparente.

Destarte, ao apontar os limites da apropriação da tradição marxista pelo Serviço Social, Maranhão (2016b) reconhece que os problemas inerentes a esta redonda na reprodução do sincretismo, ainda que aponte para a impossibilidade do Serviço Social se constituir uma profissão marxista, não por incapacidade profissional, mas pelo conjunto sincrético presente nas “bases histórico-ontológicas que fundam a profissão” (MARANHÃO, 2016b, p. 168) e que segundo o autor se apresentam como uma “questão irremediável” (MARANHÃO, 2016b, p.

203). Portanto, mesmo que se enseje um embate aos aspectos sincréticos que perpassam a profissão “o sincretismo da prática não pode ser identificado como raiz primordial das pelepas profissionais, ainda que alguns impasses decorram dele” (SOUZA, 2016a, p.121), haja vista a inviabilidade de sua eliminação.

Deste modo, apreende-se que as reflexões de Souza (2016) e Maranhão (2016) partem da discussão central de Paulo Netto (2009), apresentando certo grau de identidade na compreensão da totalidade do sincretismo, no que tange a estrutura sincrética, seu caráter conservador e seu caráter ineliminável, todavia, as distinções aparecem com vigor já nas mediações de análise do sincretismo que cada autor se apropria no construto de seus trabalhos.

Enquanto Souza (2016), traça um percurso de modo a refletir o sincretismo ao nível ontológico, sendo preocupação central do autor uma análise mais acurada e meticulosa dos elementos que formam materialmente o sincretismo, aprimorando a análise pioneira de Paulo Netto (2009) e portanto, se aproximando cada vez mais a esta; Maranhão (2016) avança sobre os vetores implicadores do sincretismo na profissão, refletindo seus desdobramentos e consequências histórico-sociais ainda não superadas pelo Serviço Social, o que possibilita ao autor uma leitura teórico-prática do sincretismo na profissão que contribui para uma compreensão mais aproximada de como o sincretismo se expressa na atualidade da profissão, não obstante, apresentando-nos indicadores abertos a serem problematizados.

No que tange ao modo como abordam a ligação do sincretismo ao conservadorismo, ambos os autores concordam que a presença do sincretismo facilita ou alimenta o conservadorismo na profissão, ainda que abordem essa relação sincrético-conservadora de maneira diferente. Recordem que para Souza (2016) o sincretismo é uma singularidade, isto é um vetor que resguarda o conservadorismo na profissão e que é uma expressão conservadora decorrente do processo de renovação da profissão, isto é, à medida que o Serviço Social se renova, não consegue eliminar o sincretismo que o perpassa, sendo o sincretismo uma lacuna conservadora.

Para Maranhão (2016) o sincretismo tem suas bases também nas questões conservadoras que transpassam a profissão, mergulhando em processos que vão além do Serviço Social, como o faz ao lastrear o percurso com que a tradição marxista é apropriada pela Segunda Internacional de maneira distanciada da obra de Marx, situada no movimento histórico em que se implementava o capitalismo monopolista no mundo. Assim, mediante isso é que se pode realizar um diálogo com a aproximação enviesada do Serviço Social brasileiro e como, mesmo perante o movimento de renovação, restam duas implicações sincréticas em destaque

na profissão, na qual a primeira seria a necessidade de um conhecimento instrumentalizável e a segunda seria o movimento de reprodução intelectual do sincretismo.

Queremos apontar, portanto, que o que distingue o diálogo dos dois autores reside nas mediações utilizadas e os apontamentos daí resultantes, uma vez que ao se apropriarem de mediações distintas, tem-se Souza (2016) que aponta para um resultado mais geral (o sincretismo é uma particularidade conservadora na profissão); e Maranhão (2016) especificando esse conservadorismo na profissão como decorrente do sincretismo, visto que, ele confirma que mesmo no período que ocorre a renovação profissional, as duas implicações sincréticas sinalizadas anteriormente por Paulo Netto (2009) permanecem marcando a trajetória do Serviço Social, não podendo ser distanciada a sua compreensão de todos os elementos que introduzem o conservadorismo na profissão, haja vista, que compõem a totalidade do sincretismo.

Com isso, partindo da compreensão do sincretismo desbravada até aqui, não eliminando a centralidade e importância de ambos autores no debate, consideraremos na prossecução deste trabalho as reflexões de Maranhão (2016), haja vista que, ao especificar um pouco mais a totalidade do sincretismo, julgamos nesse momento possibilitar uma magnitude ampliada sobre o objeto em pauta e a identificação de suas respectivas expressões. Para tanto é que nos apropriaremos de seu debate das implicações do sincretismo no Serviço Social em seu período de renovação, visando aproximar a discussão da categoria sincretismo com a materialização de suas expressões na profissão.

3 SINCRETISMO E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: AS DIFERENTES EXPRESSÕES SINCRÉTICAS NA PROFISSÃO

Na discussão anterior, vimos como o sincretismo apresenta uma base material que perpassa o Serviço Social, tendo suas raízes fincadas no movimento histórico que implica o conservadorismo na profissão, seja em seu caráter mais geral e exógeno, no movimento de revisionismo e reformismo da teoria social de Marx; ou no movimento ligado mais diretamente a profissão com a sua aproximação a tradição marxista, de modo que a construção do debate realizado nos possibilitou apontar para o sincretismo como uma categoria possível de ser abstraída e refletida pela profissão.

A partir disso, nesta seção buscaremos centrar nosso estudo em como o sincretismo se expressa no Serviço Social brasileiro. A nível introdutório, a fim de reforçar nossa discussão, no item 1 recuperaremos os níveis de apropriação do marxismo trabalhados por Josiane Santos (2007) que pensamos ser de imensa valia, uma vez que a compreensão destas apropriações no campo da renovação profissional, poderá constituir o solo das principais influências a que esteve subsumida a produção teórica do período, e, portanto, os delineamentos gerais que marcaram a presença do sincretismo na profissão.

Importante destacar que embora tenhamos recorrido a Santos (2007) para esta empreitada, ao realizar seu estudo sobre as “Apropriações da tradição marxista no Serviço Social” a autora não teve a intencionalidade de discutir o aspecto sincrético da profissão, mas mesmo assim, consegue apreender as apropriações centrais para o entendimento de como o sincretismo se desdobra no Serviço Social, sendo, pois, de nosso interesse remetermo-nos a seu trabalho.

Considerando a discussão das diferentes apropriações do marxismo realizada por Santos (2007) partiremos, nos demais itens que dão forma a esta seção, ao movimento de revisão das principais obras que contribuíram para a compreensão da natureza do Serviço Social, compondo o acervo principal dos fundamentos da profissão durante o movimento renovador e seu momento posterior de consolidação das ideias renovadas, tal qual como foram reunidas primariamente por Yamamoto (2015).

Comprendemos assim, que pela importância destas obras na trajetória profissional poder-se-á visualizar como o sincretismo se movimentou no Serviço Social no Brasil, sendo elas: A tese da correlação de forças; a tese da identidade alienada; a tese da assistência social; a tese da proteção social e a tese da função pedagógica do/a assistente social.

3.1 OS LIMITES DA APROPRIAÇÃO DA TRADIÇÃO MARXISTA PELO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Como marca singular dos avanços empreendidos pelo Serviço Social, na fase que concorreu e engendrou-se sua “intenção de ruptura” com o conservadorismo no solo brasileiro, apresenta-se de maneira vivaz, a conquista de um expressivo acúmulo teórico, que se traduz atualmente nas diversas produções em seus diferentes eixos de pesquisa, e que como matriz de identidade comum possuem o ideário teórico do qual se apropriam – a tradição marxista.

A manifestação do caldo teórico produzido pela profissão a partir desse período, lastreou-se paulatinamente em torno da categoria, em face tanto das investigações dos/as assistentes sociais acerca da natureza da profissão, quanto das condições objetivas, de cunho econômico, político e social, dispendidas pela luta em prol da abertura democrática do Brasil, em meados das décadas de 1970 e 1980. No qual, chegado os anos 1990, o marxismo adquire maior evidência, alçando sua hegemonia como diretriz teórico- metodológica no Serviço Social (PAULO NETTO, 2010).

De acordo com Santos (2007) a apropriação do marxismo pelo Serviço Social, não apresentou uma única instância de aproximação, operando-se em três níveis evidenciados na trajetória profissional, centrais para a compreensão: a apropriação ideológica, epistemológica³⁰ e ontológica.

A primeira se caracterizaria por uma apropriação ideológica do marxismo, que remonta, segundo Santos (2007) ao período de 1965-1975, com o movimento de reconceituação da profissão³¹. Com a reconceituação temos uma maior comunicação e articulação entre os

³⁰ Conhecida como teoria do conhecimento ou gnoseologia, a epistemologia indica “um modo de tratar um problema nascido de um pressuposto filosófico específico, no âmbito de determinada corrente filosófica, que é o idealismo (no sentido lu, v. IDEALISMO). O problema cujo tratamento é tema específico da teoria do conhecimento é a realidade das coisas ou, em geral, do ‘mundo externo’. A teoria do conhecimento apoia-se em dois pressupostos: 1 o conhecimento é uma ‘categoria’ do espírito, uma ‘forma’ da atividade humana ou do ‘sujeito’, que pode ser indagada em universal e em abstrato, isto é, prescindindo dos procedimentos cognoscitivos particulares de que o homem dispõe fora e dentro da ciência; 2 o objeto imediato do conhecimento é, como acreditava Descartes, apenas a ideia ou a representação; e a ideia é uma entidade mental, exista apenas ‘dentro’ da consciência ou do sujeito que a pensa [...] A teoria do conhecimento começou a perder o primado e também o significado quando se começou a duvidar da validade de um de seus pressupostos, isto é, que o dado, primitivo do conhecimento e ‘interior’ à consciência ou ao sujeito e que, portanto, a consciência ou o sujeito devem ir para fora de si mesmos (o que, em princípio, é impossível) para apreender o objeto” (ABBAGNANO, 2007, p.183), sendo substituída mais tarde por outra disciplina intitulada metodologia (ABBAGNANO, 2007).

³¹ Importante apontar para a distinção existente entre os movimento de Reconceituação e Renovação profissional do Serviço Social, visto que, na literatura profissional, ora a terminologia “Reconceituação” se refere ao processo dispendido no Serviço Social brasileiro, como ocorre em (SILVA, 2007) , ora é utilizada para designar o movimento mais amplo ocorrido na América Latina (PAULO NETTO, 2010), podendo ocasionar limites a compreensão de ambos.

países latino-americanos, a atuação profissional passa a levar em conta também o seu lado político, se posicionando contra uma atuação pautada apenas na execução das políticas sociais, circunscrevendo, pois, a profissão a um novo patamar de atuação e intervenção que passa a considerar suas capacidades científicas e intelectuais (PAULO NETTO, 2005).

À medida que o movimento de reconceituação influencia a renovação profissional brasileira, mesmo diante das diferenças existentes em ambos, como influxo que marca a apropriação ideológica do marxismo na profissão, temos que:

O nosso primeiro encontro com o marxismo capturou deste os seus elementos ídeo-políticos, como aportes para a afirmação da ruptura em níveis mais gerais, ressaltando o embate contra a neutralidade profissional (SANTOS, 2007, p. 1).

Como consequência evidente, tem-se a marca da militância política que influenciou fortemente a profissão no período em pauta, e que tem sua base justificada pela compreensão insuficiente e reduzida do marxismo, como uma ciência passível de ser aplicada na realidade social. Dessa maneira, nesta década a profissão passa a ter contato inicial com a perspectiva marxista, contudo, um marxismo enviesado, que leva os/as profissionais a levarem em conta a militância política acima da atuação profissional nas instituições (SANTOS, 2007; SILVA, 2007; PAULO NETTO, 1989).

A unilateralidade desta apreensão em termos de privilegiamento do marxismo como doutrina pragmático-científica ‘caiu como uma luva’ para o momento de ruptura que se tencionava efetuar, justificando ideologicamente a necessidade de superação da neutralidade técnica (SANTOS, 2007, p. 2).

Segundo Santos (2007), a segunda apropriação da tradição marxista, de cunho epistemológico, se apresentaria no Serviço Social na década de 1980 em condições peculiares, haja vista, o despontar do “debate com as fontes marxianas clássicas” (SANTOS, 2007, p.3) e a permanência das obras pautadas na epistemologia por parte da categoria profissional. Nesse prisma, decorre a transposição do “estatuto de ‘paradigma’ ou de ‘modelo científico para análise das relações sociais; o tratamento enfim de uma teoria ou forma de conhecer, nos moldes epistemológicos” (SANTOS, 2007, p.3-4), marcado pela influência “Althusseriana” na compreensão da teoria social de Marx.

Da apropriação epistemológica e da apropriação ideológica, como consequência iminente, na concepção de Santos (2007), é que surgiu o forte teoricismo, que se apresentou como marca indelével da profissão na década de 1980, estimulado pela necessidade de

ultrapassagem do conservadorismo a partir da intenção de ruptura, que como aspectos substanciais, ocasionou numa: hipervalorização da profissão como objeto central das investigações, secundarizando aspectos da realidade a qual está inserida; o fortalecimento da dimensão teórico-metodológica em detrimento da dimensão técnico-operativa; a apropriação das categorias marxianas ao que requisitava as demandas do período mesmo que ecleticamente; a associação identitária entre teoria e prática, o que invalidaria a teoria que não se adequasse imediatamente a realidade apresentada; bem como, a transposição de um “cariz idealista a toda ontologia” (SANTOS, 2007, p. 4).

Como tentativa de superação dos equívocos apontados nas apropriações anteriores, surge no cenário da dec. de 1990 uma apropriação de viés “ontológica da vertente crítico-dialética” (SANTOS, 2007, p. 7), que se apresenta como melhor possibilidade para a ultrapassagem do cariz conservador que vinca profundamente a profissão, e quando consolidada, alcança hegemonia na profissão até os dias atuais. Para Santos (2007) as mudanças primordiais desta apropriação dizem respeito ao “tratamento conferido à teoria social de Marx como aporte teórico-metodológico na direção de ruptura com o conservadorismo e, conseqüentemente as investigações resultantes deste novo tratamento” (SANTOS, 2007, p.8-9).

Mesmo que aponte-se para a existência de três níveis de apropriações da tradição marxista, tal qual evidencia Santos (2007), os mesmos não representam o esgotamento de possibilidades de apropriações distintas, onde vale apontar para outra questão, a de que mesmo que a última apropriação de caráter ontológico, seja referenciada com mais vigor nas produções correntes na atualidade, não anula-se a intercorrência de outras gamas teóricas, haja vista o influxo sincrético-conservador no qual reveste cotidianamente o Serviço Social e a dinamicidade do real.

Diante disso, levando em consideração o marcador histórico destas apropriações trazido por Santos (2007), buscaremos enveredar esta discussão ao largo de algumas das principais teses, que obtiveram sua incorporação em meio a categoria profissional dos/as assistentes sociais, mediante a renovação crítica operada pela profissão, visando capturar elementos sincréticos que ao transbordar ao nível destas publicações para toda a categoria, contribuíram para a propagação do sincretismo em diferentes momentos do Serviço Social.

A hipótese central que guiará o percurso a ser empreendido, é a de que o Sincretismo em face dos equívocos e condições em que o Serviço Social se apropria da tradição marxista, tem suas implicações – quer seja a requisição posta de um conhecimento instrumentalizável e

a reposição intelectual do sincretismo – presentes e vincadas na trajetória histórica da profissão no Brasil.

A escolha destas obras em especial não é aleatória, tendo como justificativa o fato de refletirem a materialidade das particularidades que perpassam a natureza do Serviço Social. Desta maneira, quando Iamamoto (2015) propõe-se a revisar inicialmente estas mesmas obras o faz em vistas de “estabelecer um debate com a literatura especializada brasileira recente sobre o estatuto da profissão” (IAMAMOTO, 2015, p. 245) de modo a explicitar as particularidades da profissão, além de objetivar a “crítica teórica dessa produção, ressaltando contribuições inéditas e impasses analíticos quanto ao trabalho do assistente social” (IAMAMOTO, 2015, p. 245).

Assim, ao realizar análise da tese do sincretismo e da prática indiferenciada, a autora aponta para duas questões aqui de tamanha importância, sendo a primeira um problema de construção da tese de dimensões teórico-metodológicas uma vez que para a autora Paulo Netto (2009) ao tratar da natureza de uma profissão parte “da aparência em que se manifesta sem antes decifrar o que se oculta por trás da forma reificada em que se mostra e que determina e efetiva a sua *natureza sócio-histórica*” (IAMAMOTO, 2015, p. 267, grifos do autor) e a segunda remete ao “estranho silêncio sobre a política, como instância de mediação da relação do homem com sua genericidade na análise de Paulo Netto [...]” (IAMAMOTO, 2015, p. 269). Estas questões segundo Iamamoto (2015) alimentariam o fatalismo, não permitindo “vislumbrar nem a presença dos movimentos revolucionários na história e nem horizontes de ruptura da positividade” (IAMAMOTO, 2015, p. 271).

Nesse sentido, Iamamoto (2015) ao fazer sua análise sobre a tese do sincretismo, aponta para as questões que foram silenciadas por Paulo Netto (2009), e em paralelo silenciase em sua obra sobre a possibilidade de a tese do sincretismo perpassar todas as demais teses por ela analisadas, mesmo mediante seus apontamentos acerca dos problemas de construção da tese do sincretismo. Diante disso, mesmo que timidamente, dado os limites de nosso trabalho, lançamos esta premissa complementar – a de que o sincretismo se constitui uma tese que transversalmente perpassa as demais teses a serem revisadas por nós adiante.

Para tanto, mediante toda a análise anteriormente realizada, contaremos com o auxílio de interlocutores como Iamamoto (2015), Montaña (2009), Paulo Netto (2010), Santos (2007), Simionatto (2011), e tendo como base toda a discussão já acumulada acerca do nosso objeto, de modo a estruturar o debate sobre como se expressa o sincretismo na profissão.

3.2 A TESE DE CORRELAÇÃO DE FORÇAS (1972)

Considerada uma das teses mais referenciadas nas reflexões sobre o exercício profissional do Serviço Social e suas possibilidades, encontra-se a tese da correlação de forças, de Vicente de Paula Faleiros, lançada no limiar dos anos 1970 no livro “Trabajo social, ideologia y método”, em meio ao movimento de reconceituação da profissão na América Latina. Tal obra, insere-se na relação de continuidade e mudança da perspectiva de intenção de ruptura, sendo tensionada pelo processo de “maturação intelectual, profissional e política desses protagonistas” (PAULO NETTO, 2010, p.271), isto é, pelas nuances que demarcam a trajetória do autor e que possibilita o movimento de revisão e consolidação de suas ideias.

Como evidencia Paulo Netto (2010), ao lado de Leila Lima Santos, guardadas as distinções necessárias, encontra-se Faleiros, sobretudo com esta tese, apresentando-se como referência possuidora de trajetórias que:

Não são *típicas*, na escala em que se efetivaram por vivências fora do país; mas são *representativas*, pela sua intercorrência exemplar no momento em que a perspectiva da intenção de ruptura, consolidada, desborda os circuitos acadêmicos e rebate no conjunto da categoria profissional (PAULO NETTO, 2010, p.271, grifos nossos).

Assim, temos que a obra em questão, constitui-se enquanto resultado do trabalho desenvolvido por Faleiros a partir de 1970, após ser exilado do Brasil³², e ser integrado ao núcleo docente da Universidade Católica de Valparaíso, no Chile, num contexto de proeminente efervescência político-social no país e que os/as assistentes sociais passam a interagir com os partidos políticos visando “uma melhor qualidade da intervenção profissional dentro de uma perspectiva política de ação com a classe trabalhadora, isto é, combater o profissionalismo, o controle institucional e a manipulação ideológica” (BELFIORE *et al.*, 1991, p. 130).

Importante pois, delegar atenção para o fato de que a tese de correlação de forças surge nesse contexto, como alternativa crítica ao período, mas que todavia, permanece sobre os influxos das correntes e perspectivas teóricas da época, operando uma imprescindível “evolução”, nos termos de Paulo Netto (2010), quando Faleiros durante a ditadura chilena de 1973 realiza seu segundo exílio agora para o Canadá, e que como saldo substancial possibilita

³² O processo de exílio de Faleiros ao Chile decorre sobretudo da forte vivência política do autor desde os movimentos estudantis, em face da ditadura militar brasileira de 1964. Desse modo, por meio de um convite recebido durante sua participação num Congresso de Serviço Social no Uruguai em 1970, é que o Chile se apresenta com novas possibilidade e espaços para que pudesse continuar sua trajetória de vida e expressão política (BELFIORE *et al.*, 1991).

ao autor a ultrapassagem da “assimilação da herança marxista muito condicionada por um viés militantista” (PAULO NETTO, 2010, p. 273) e a partir disso, possibilitando-o também flexibilizar sua discussão com a incorporação de outros referenciais, não somente da tradição marxista, enfrentando “temáticas que simultaneamente se direcionam para concretizar a direção de ruptura” (PAULO NETTO, 2010, p. 273).

Faleiros (1985) concebe as instituições como “organizações específicas de política social” (FALEIROS, 1985, p. 31), dotadas de natureza pública ou privada, que se constituem como “aparelhos das classes dominantes para desenvolver e consolidar o consenso social necessário à sua hegemonia e direção sobre os processos sociais” (FALEIROS, 1985, p. 32). Neste sentido, as instituições se organizam de modo a atender as necessidades postas pelas classes dominantes, dotada de um caráter ideológico, que no imediato reflete uma preocupação com as demandas da população, mas que essencialmente visa obter o controle e hegemonia do poder sobre a outra classe fundamental dominada (FALEIROS, 1985).

Para obtenção do controle da classe trabalhadora que é alvo dos serviços, a fim de que os problemas sociais não ampliem as tensões e conflitos entre as classes, é que as instituições se apresentam como “patrulha ideológica” (FALEIROS, 1985, p. 33) que dispõem de instrumentos técnicos diversos para incidir sobre problemas sociais categorizados e setorializados, implicando numa desarticulação da classe dominada. Segundo o autor, o Serviço Social partindo de uma ótica puramente institucional, contribuiria nesse processo, supondo seu objetivo, onde:

[...] pela escuta, pela paciência, pelo estudo, pela comunicação pessoal, o problema é desaquecido e uma solução dentro da ordem pode ser visualizada. A desagregação social é evitada, o elemento contagioso isolado, a espiral de pressões desarticulada (FALEIROS, 1985, p. 35-36).

De acordo com Faleiros (1985) somente uma mobilização da classe dominada configuraria uma recusa e enfrentamento as instituições, que na impossibilidade de responder a uma pressão dessa dimensão transferiria o poder ao Estado. Desse modo, temos que a captura do poder interno no espaço institucional torna-se um “objetivo estratégico” (FALEIROS, 1985, p. 37), no qual “os problemas da conquista desse micropoder tornam-se mais importantes que os problemas dos clientes” (FALEIROS, 1985, p. 37).

Assim, é objetivo do autor visualizar alternativas de ação para a prática profissional do Serviço Social, despertado o posicionamento político da profissão, de modo que se distancie de ideais conservadores. Sua tese de correlação de forças é apresentada como alternativa de

resposta a essa demanda, e dotada de potencial para referenciar uma atuação profissional que escape ao cerco estritamente institucional.

As instituições ao possuírem a relação hegemonia - consenso, transparecem o exercício de poder de uma classe fundamental sobre outra, leia-se a burguesia sobre a trabalhadora, que, não obstante não se constitui como algo estático e imutável, possibilitando, portanto, a inversão da captura de poder. Para que proceda essa alteração, é necessário acumular forças que consiste num “processo político de formação de uma organização, de uma vontade coletiva no próprio cotidiano, que se articula em projeto concreto de questionamento” (FALEIROS, 1985, p. 53).

Essa correlação de forças ou “metodologia da articulação” escaparia ao movimento de procura de brechas para agir, já que para Faleiros (1985), estas são esvaziadas de poder, sendo a proposta do autor “considerar as relações sociais contraditórias para pensar-se um processo de articulação do trabalho social nesse contexto” (FALEIROS, 1985, p. 111) além de uma análise das forças sociais e seus mecanismos de dominação global e institucional, para enfim visualizar e questionar sua materialização na esfera do cotidiano, sendo, pois, os problemas definidos e resolvidos na correlação de forças (FALEIROS, 1985).

Em Faleiros (1985), encontramos assim o trato de categorias que captura o funcionamento geral das instituições na sociedade capitalista, sendo inegável sua contribuição para a compreensão destas no marco das políticas sociais, bem como, o espaço desbordado para a superação de uma prática apolítica e pretensamente neutra pelo Serviço Social, ou “trabalho social” sob uma matriz reconceituada.

Como marco do intenso período de questionamentos em que se encontra subsumida a tese, é que verifica-se uma utilização categorial e conceitual de terminologias que são superadas posteriormente pela profissão, mas que demarcam as fronteiras de compreensão da época, como: clientela, sistema, diagnóstico como uma etapa técnica do exercício profissional, a paridade das questões sociais aos problemas sociais, sendo imprecisa a “questão social” e a ausência de distinção entre movimento social e mobilização social.

O principal eixo problemático de sua argumentação é corolário da apropriação das ideias de Michel Foucault e Antonio Gramsci, sendo para Simionatto (2011), ainda mais ampliado o conjunto de referenciais para a construção desta tese, indo de Marx à Engels, Mao Tsé-Tung, Althusser e Poulantzas. Iamamoto (2015) também aponta para a questão do autor reconhecer o funcionalismo e a dialética como avanços teórico-metodológicos, que todavia, apresentam-se insuficiente para uma metodologia da profissão, no qual, na medida que propõe um novo conduto metodológico e estratégico para a prática profissional, a partir das mediações

que elenca em sua tese, ao não realizar uma “análise profunda da relação entre estrutura e superestrutura” (IAMAMOTO, 2015, p. 297), acaba por permanecer sobre os influxos de uma “leitura de Marx, de inflexão althusseriana, ainda que esta seja objeto de sua crítica” (IAMAMOTO, 2015, p. 297).

Contudo, nos deteremos aqui na relação que baliza a tese de correlação de forças, quer seja a de Gramsci e Foucault, por constituir os pontos fundamentais do elemento sincrético dispendido no trabalho de Faleiros (1985), ainda que também possua a intercorrência das demais gamas teóricas evidenciadas em seu trabalho.

As ideias de Gramsci “foram traduzidas e publicadas no Brasil, em meados da década de 1960” (SIMIONATTO, 2011, p. 164), em condições peculiares, que vão desde a diminuição das liberdades democráticas em face da autocracia burguesa imposta na ordem do dia, quanto das dificuldades de contato com as obras originais, a presença de interpretes e habitarem na esfera da clandestinidade. Somente em meados da dec. de 1970, em condições diferenciadas, há a possibilidade de aproximação das obras gramscianas e o Serviço Social, num quadro em que a profissão buscava desprender-se das atividades estritamente institucionais, desenvolvendo sua aproximação com os movimentos sociais coligidos pela classe trabalhadora (PAULO NETTO, 2010; SIMIONATTO, 2011).

Diante do “processo de organização do Estado, a necessidade de fortalecimento da sociedade civil e a dinâmica mesma da realidade brasileira” (SIMIONATTO, 2011, p. 169) requeridos para a “abertura democrática”, houve a possibilidade concreta dos profissionais buscarem novos referenciais teóricos, num período em que se despontava “diferentes tendências no âmbito do marxismo” (SIMIONATTO, 2011, p. 170). Desta maneira, é que em fins da dec. de 1970, frente ao movimento de afastamento do pensamento de Althusser, o Serviço Social apropriasse fortemente das ideias de Gramsci, sendo “buscado inicialmente, como possibilidade para pensar a atuação do assistente social enquanto intelectual orgânico, marcando o seu compromisso com as classes subalternas” (SIMIONATTO, 2011, p. 171).

Nesse momento, ao se apropriar de maneira equivocada de categorias gramscianas como intelectual orgânico, hegemonia, ideologia, entre outros, resultou num processo de “reeditar certas tendências da visão missionária do assistente social em face dos segmentos pauperizados da população” (SIMIONATTO, 2011, p.171), ainda que, conquiste expressão significativa no que tange a incorporação de suas ideias no Serviço Social, que teve nas décadas posteriores, de 1980 e 1990, lugar de destaque nas produções acadêmicas no seio da categoria profissional (SIMIONATTO, 2011).

Retornar ao legado da apropriação gramsciana pelo Serviço Social, se coloca, pois, como necessidade elementar para a compreensão dos equívocos a que esteve sujeitas as obras que o tomam como referencial, do contato inicial a sua maior efervescência na profissão, tomando como exemplo, Faleiros (1985) com sua tese de correlação de forças, que apresenta-se como “primeiro profissional no Brasil e provavelmente na América Latina, a utilizar o pensamento gramsciano nas reflexões do Serviço Social” (SIMIONATTO, 2011, p. 173).

Ao partir de Gramsci, Faleiros (1985) consegue superar a ideia de dissociação entre hegemonia e dominação, compreendendo-os como “não opostos, e sim elementos concomitantes, presentes em qualquer forma de Estado” (SIMIONATTO, 2011, p. 174), todavia, quando “entrecruza a noção gramsciana de hegemonia e intelectual orgânico com a perspectiva de poder, originária de Michel Foucault” (SIMIONATTO, 2011, p. 174) gesta-se o maior equívoco de seu trabalho, já que:

Foucault não desenvolveu uma teoria de Estado, buscando, antes, identificar como ocorre a manifestação do poder no interior das instituições, ou seja, preocupa-se em analisar a microfísica do poder sem uma relação com o que poderíamos chamar de macrofísica (SIMIONATTO, 2011, p.174).

Esse arranjo de ideias eminentemente contrárias sem uma apropriação mais profunda dos autores que se debruça, mas que atende a necessidade da profissão no embate de ideias do período, nos leva a apontar, que antes de ser apenas um equívoco de ordem teórica, configura-se como manifestação sincrética, bem como, expressão das implicações do sincretismo que perpassa a natureza da profissão.

Nesta obra, expressa-se a resposta a uma necessidade de cunho político-prático da profissão, que intenta uma abordagem teórico-metodológica crítica, mas que, não supera os níveis de apropriação ideológica e epistemológica do marxismo, isto porque o sincretismo que perpassa a prática profissional, como sabemos, tende a requerer um conhecimento capaz de ser instrumentalizado, o que não necessariamente leva em conta a natureza maior das ideias imbricadas, se apresentando como alternativa crítica para os profissionais, mas que em sua essência carregam a marca sorrateira do sincretismo.

Em Faleiros (1985), tem-se, portanto, uma expressão sincrética, no qual considerando que sua tese de correlação de forças foi basilar para o entendimento da natureza da profissão sendo subsídio para diversas produções seguintes no âmbito do planejamento e atuação no conjunto das políticas sociais, inclusive constituindo como dever do/a assistente social “contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais” (BRASIL, 2012, p. 6

31), materializado nos códigos de ética de 1986 e 1993, ao ser marcado por uma aproximação maior as ideias de Gramsci e uma insuficiente aproximação a Foucault, o sincretismo acaba por ser reproduzido intelectualmente, sem que se atentassem a sua presença.

3.3 A TESE DA IDENTIDADE ALIENADA (1989)

Como partícipe fundamental dos referenciais que contribuíram para a reflexão da natureza e constituição do Serviço Social, no final da dec. 1980, encontra-se “Serviço Social: Identidade e alienação” de Maria Lúcia Martinelli. Nesta obra, a autora apresenta-nos sua discussão assentada na necessidade de desvelar o modo de produção capitalista, e sua respectiva distinção da relação social do Capital, situando-os no contexto das lutas de classes típicas da fase industrial do capital, de modo a atingir seu objetivo maior que é o de “descobrir os nexos entre o capitalismo e o Serviço Social” (MARTINELLI, 2000, p. 30).

Ainda que apresente a concepção de base marxista acerca do capitalismo, e aponte para a análise deste enquanto categoria histórica dotada de uma base material, requisita-se atenção especial para o desdobramento de suas reflexões, já que ora visualiza o capitalismo como modo de produção que traz novidades a realidade social, o despontar da “questão social” e as lutas da classe trabalhadora, e ora afirma que “ com o capitalismo *se institui a sociedade de classes* e se plasma um novo modo de relações sociais, mediatizadas pela posse privada de bens” (MARTINELLI, 2000, p. 54, grifos nosso) configurando, pois, limites essenciais a sua análise.

No sec. XIX, mediante o crescimento do pauperismo na Europa, e o estabelecimento de uma ameaça político-social ao capitalismo, segundo a autora, a burguesia opta por mudar a estratégia de assistência a estes, onde:

Seu atendimento já não podia se restringir as iniciativas particulares ou da Igreja; era preciso mobilizar o próprio Estado, *incorporando a prática da assistência e sua estratégia operacional – o Serviço Social – à estrutura organizacional da sociedade burguesa constituída, como um importante instrumento de controle social* (MARTINELLI, 2000, p. 86, grifos do autor).

Visando uma mudança da prática assistencial anteriormente exercida, como meio de atender uma necessidade burguesa, tem-se mudanças na assistência que passa a ser regulamentada pelo Estado burguês, não se desprendendo do ideário da doutrina cristã, no qual, à medida que a burguesia requisita a alteração desta prática, captura o domínio dela moldando aos seus interesses. A este processo ideológico, em que se altera a substância da prática

assistencial, submetendo-a as necessidades capitalistas, tem-se um movimento essencial, quer seja, o de “identidade atribuída” aos agentes sociais pela classe dominante “roubando-lhes a possibilidade de construção coletiva de projetos de autênticas práticas sociais” (MARTINELLI, 2000, p. 88).

A premissa presente na concepção de identidade atribuída trazida pela autora, consiste na afirmação de que existiria uma identidade profissional, que ao ser apreendida pelo jugo alienante da identidade atribuída dominante, perderia o potencial de despertar e desenvolver-se, e desta forma, a identidade atribuída assumira a hegemonia no direcionamento da prática e dos agentes, controlando-as iminentemente e sendo “algo fixo e imutável” (MARTINELLI, 2000, p. 89).

Sob o arsenal histórico do qual reveste suas reflexões, Martinelli (2000) transita de Marx a Hegel, daí decorrendo o problema central de sua análise, ao passo que a problemática da identidade alienada do Serviço Social, não é trabalhada por mediações advindas de uma mesma abordagem teórico-metodológica, nem abarca a realidade social em uma perspectiva de totalidade histórica, sendo resquícios da compreensão anteriormente endógena que possuía da profissão.

Como elemento fundante de todo o processo de apreensão e apropriação do real, é a consciência que se coloca na base da trajetória profissional, dando o sentido, a direção da caminhada, definindo as perspectivas de prática, anunciando as vias de ruptura com a alienação (MARTINELLI, 2000, p.90).

Montaño (2009) chama atenção para o fato de que em “Serviço Social: identidade e alienação”, obra aqui refletida, Martinelli (1989) marca uma “inflexão com análises anteriores” (MONTAÑO, 2009, p. 35), inserindo-se na perspectiva histórico-crítica e rompendo com a visão endogenista que possuía da profissão. Em nota de rodapé temos que “Martinelli afirmava que ‘dentro de uma concepção histórico - sociológica, pode-se considerar que o Serviço Social, em sua versão profissional moderna, *constitui o estágio profissionalizado de um conjunto de práticas anteriores* [...] significando antes de mais nada uma *evolução do fenômeno ‘assistência’*” (MONTAÑO, 2009, p. 35, grifos do autor).

Ao avançar para a parte final de sua obra, em que se debruça com maior vigor sobre o Serviço Social, reconhece-se o esforço nuclear de sua discussão ao trazer aspectos históricos que conformam a profissionalização do Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos. Adiante, temos sua ambiência direcionada ao Serviço Social brasileiro (MARTINELLI, 2000).

Martinelli (2000) trabalha os conceitos de alienação e identidade na realidade brasileira, apontando de antemão algumas particularidades da conjuntura em que o Serviço Social inicia sua profissionalização no Brasil, ao longo da dec. de 1930. Assim, “o Serviço Social encontrou já a esperá-lo uma missão e uma causa, as quais demandavam um imediato engajamento” (MARTINELLI, 2000, p. 127), sendo essa missão pertencente a igreja católica, com o objetivo de cristianizar a sociedade.

De acordo com a autora, a prática fetichizada em que se inseriam os/as assistentes sociais, além de ter sua função social subsumida as funções econômica e ideológica, colocava como necessidade ter-se respostas rápidas, que dispensavam a capacidade reflexiva e que colaboravam para o atendimento das necessidades dominantes.

Do imediato envolvimento do Serviço Social com esta ação resultou um profundo fortalecimento de sua identidade atribuída, aliado a descaracterização de sua função social propriamente dita. *Verdadeira síntese das práticas sociais pré-capitalistas e dos interesses hegemônicos da classe dominante, a identidade atribuída era construída de avessos: de repressão, de controle, de dominação, segundo o padrão burguês de ser, pensar e agir* (MARTINELLI, 2000, p. 128, grifos do autor).

A argumentação de Martinelli (2000), gira em torno dos impasses de construção de uma identidade autêntica por parte dos profissionais, haja vista a frágil consciência política e social no Serviço Social de 1930 a 1960, o que justificaria o sucumbir da profissão aos direcionamentos da identidade atribuída, e reprodução pois de práticas alienantes com a classe trabalhadora. Na medida que se inicia o processo de questionamentos dentro da profissão, a partir de sua reconceituação, tem-se o início de uma mudança na consciência dos/as assistentes sociais, e assim o pontapé construtivo da identidade profissional, que pouco a pouco coloca em escanteio aquela identidade atribuída anterior.

Não obstante, sua obra tem com recorrência a “transposição imediata das noções de classe ‘em si’ e ‘para si’ para uma categoria profissional, que é tratada teoricamente com o mesmo estatuto histórico de uma classe social” (IAMAMOTO, 2015, p. 289) o que demonstra uma frágil apropriação teórica própria do período em se inscreve a obra, ainda com resquícios da apropriação ideológica do marxismo pela profissão. Por fim, a autora acaba por confirmar a hipótese de seu estudo, a de que “a ausência de identidade profissional fragilizou a consciência profissional dos agentes, abrindo amplo espaço para a penetração da alienação” (MARTINELLI, 2000, p. 151).

Diante disso apreende-se que a obra em questão apresenta limites quanto a compreensão das categorias marxianas de análise e compreensão do real, ainda que situe um

cenário histórico importante para a compreensão da profissionalização do Serviço Social. Considerando que, esta obra configura-se como particularidade do período que marca a apropriação de cunho epistemológico da tradição marxista no Serviço Social, reconhece-se a presença de aspectos de compreensão teórica que não sendo possíveis de serem apropriados devidamente por Martinelli (2000) neste momento histórico, resultam na transposição de ideias distintas, indo de Marx a Hegel, explícito na trajetória que guia o estudo em questão, no qual justifica as alienações presentes na profissão, devido a uma impossibilidade de construção de uma identidade autônoma que despontasse numa consciência crítica do real num dado período.

Partindo do nível incipiente de contato com o marxismo, e do cenário em que se discorreu tal análise – fruto dos embates que desembocam no código de ética de 1986, o forte despontar político presente na profissão, a necessidade de participação na mudança da sociedade, bem como, sua transformação social – é que o sincretismo profissional sela sua ambiência, ao passo que, ao dispor de um conhecimento que parte da transformação da consciência dos profissionais para o embate das alienações capitalistas, afasta-se de uma compreensão profunda do real e da verdadeira identidade profissional, mas, atende à necessidade política engendrada do período; além de reproduzir-se o sincretismo intelectualmente, haja vista a disposição iminente difusa de ideias que passa a ser validada pela categoria profissional, se considerada a divulgação desta obra, e sua referência que trafega do Materialismo ao campo do Idealismo.

3.4 A TESE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (1993)

Incidindo fortemente no Serviço Social, mesmo que não visando uma reflexão direta deste, encontra-se a tese da assistência social, presente no livro “Classes subalternas e assistência social” de 1993, de autoria de Maria Carmelita Yasbek. Nesta obra, a autora apresenta com primazia a política de assistência a partir da perspectiva da população assistida pelos serviços socioassistenciais, buscando compreender os impactos desta política e as interpretações realizadas pelas classes subalternas, num quadro específico de ampliação da pobreza nos anos 1990 na realidade brasileira.

A autora apreende a categoria “subalterno” do conjunto da obra de Gramsci para fazer referência ao conjunto de usuários das políticas sociais, haja vista, “sua expressividade, e por dar conta de um conjunto diversificado e contraditório de situações de dominação” (YASBEK, 2007, p. 17-18). Ao ter como objetivo abordar a assistência social a partir da ótica dos subalternos, busca assim refletir “*a experiência da pobreza, da exclusão social e da construção*

da identidade subalterna” (YASBEK, 2007, p. 20, grifos do autor) sendo, pois, o elemento novo de seu trabalho evidenciado, ao passo que apresenta a política social não somente pela ótica da classe dominante e de sua constituição mais geral, acrescentando ao debate as representações realizadas pelas classes subalternas.

Ao direcionar a análise para a realidade brasileira, Yasbek (2007) assume a hipótese de que no país há uma modalidade assistencial diferenciada “de fazer política no campo do social, particularmente nos espaços de relação entre o Estado e setores excluídos” (YASBEK, 2007, p.36), no qual as políticas sociais brasileiras instituem-se a partir do enfrentamento da “questão social” por meio de serviços sociais, carregando o formato de serem “casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos” (YASBEK, 2007, p.37), e correspondendo assim ao contrário do que deveria ser seu objetivo fundamental, havendo, pois, a reprodução da desigualdade social.

O Estado é compreendido a partir de sua relação com o capitalismo monopolista, e de suas particularidades na realidade brasileira, sendo uma regulação a grosso modo, instável, com base no clientelismo, onde na medida que não reconhece os direitos dos subalternos, visa a lealdade dos indivíduos, como parte do “padrão arcaico de relações que fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou como vantagem aquilo que é direito” (YASBEK, 2007, p. 41).

A assistência social é refletida a partir das relações empreendidas entre as classes dominantes e dominadas, no qual ao enfatizar o caráter contraditório desta política social, acaba por corroborar também, com a linha contraditória existente no Serviço Social, ao passo que a profissão também atende a interesses das duas classes sociais (IAMAMOTO, 2015; YASBEK, 2007).

A assistência social constitui-se, assim, do conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta, junto às classes subalternizadas, com sentido aparentemente compensatório de sua exclusão. O assistencial é neste sentido campo concreto de acesso a bens e serviços, enquanto oferece uma face menos perversa ao capitalismo. Obedece, pois, a interesses contraditórios, sendo um espaço em que se imbricam as relações entre as classes e destas com o Estado (YASBEK, 2007, p. 53).

Quando avança para a discussão acerca da pobreza, eixo de articulação central com a assistência elencado pela autora, o núcleo sincrético apresenta-se em seu trabalho, ao passo que a pobreza parece ser abordada conceitualmente prescindindo sua dimensão categorial. Quando Yasbek (2007) visa defender a pobreza a partir de uma noção que é “ampla, ambígua e supõe gradações” (YASBEK, 2007, p. 62), ao partir de um conjunto diversificado de fontes teóricas

e matrizes como a antropologia, sociologia, psicologia social no seio das ciências sociais, além de se apoiar num referencial gramsciano também diverso, opera-se algumas implicações de ordem sincrética na apreensão pretendida do caráter multidimensional da pobreza.

Apoiando-se no referencial gramsciano de Martins (1989), concorda com a assertiva trazida por este autor de que a categoria subalterno é “mais intensa e mais expressiva que a simples categoria de trabalhador” na qual está “não expressa apenas a *exploração*, mas também a *dominação* e a *exclusão* econômica e política” (MARTINS *apud* YASBEK, 2007) e também resgata deste autor o entendimento de “exclusão integrativa” que parte de uma crítica da compreensão da superpopulação relativa marxiana, incorporando um caráter de utilidade presente “na exclusão do trabalhador do processo de trabalho capitalista e sua inclusão no processo de valorização por meio de formas indiretas de subordinação do trabalho ao capital” (MARTINS *apud* YASBEK, 2007).

No limite, a interpretação deste autor em especial, parte de uma “sugestiva leitura da superpopulação relativa de Marx” (IAMAMOTO, 2015, p. 306), no qual, à medida que Yasbek (2007) não realiza “o enfrentamento teórico da lei geral da acumulação e sua correspondente lei de reprodução da população “ (IAMAMOTO, 2015, p. 307), ao contrário abstraindo-as de sua obra, há a possibilidade de pautar seu estudo no que considera ser o eixo em comum do “exército ativo como da superpopulação relativa” quer seja: “a condição de dominação, de exploração e de exclusão do usufruto da riqueza socialmente produzida (contidas na noção de subalternidade)” (YASBEK, 2007, p. 69).

Ocorre assim, o traçado de um caminho investigativo que ao não analisar a pobreza a partir de sua real dimensão categorial, utilizando de intérpretes da teoria de Marx, possibilita a autora a compreensão de que:

A exclusão e subalternidade configuram-se como indicadores sociais que ocultam/revelam o lugar que o segmento das classes subalternas que recorre a assistência social ocupa no processo produtivo e sua condição no jogo de poder (YASBEK, 2007, p. 66).

Assim, a constituição da pobreza na realidade brasileira apresenta-se para a autora como “um conjunto heterogêneo, cuja unidade buscamos encontrar na renda limitada, na exclusão e na subalternidade” (YASBEK, 2007, p.63); e não nas bases materiais da pobreza na sociedade capitalista, nem na discussão do Trabalho que apresentou-se no estudo das representações realizadas pelos narradores da pesquisa como eixo fundamental na relação com

a assistência efetivada por estes, tendo o “direito ao trabalho” lugar de destaque pelas classes subalternas (IAMAMOTO, 2015).

Em Yasbek (2007), a partir dos equívocos evidenciados, levando em conta o período inicial em que se consolidava as ideias de Marx na profissão, tem-se uma expressão sincrética, que se apresenta justamente na exposição de um importante parâmetro da obra – a pobreza e sua relação com a subalternidade.

Tal manifestação do sincretismo, a título de informação, não reside na múltipla quantidade de fontes utilizadas pela autora, não sendo sua superação simplesmente creditado e facilitado pela utilização apenas de Marx, haja vista a autonomia do trabalho científico e o abertura de ideias para a riqueza do debate; antes, nos leva a crer que o sincretismo, aparece quando a autora não apreende devidamente o conjunto de ideias que propõe como baliza de sua obra (a tradição marxista), se apresentando o sincretismo da profissão nesse instante, junto aos limites do período histórico de apropriação do marxismo pelo Serviço Social, como influxo preponderante para que isto ocorra.

3.5 A TESE DA PROTEÇÃO SOCIAL (1995)

Sendo um aporte considerável na produção teórica do Serviço Social brasileiro, lançada em meados da década de 1990, temos a tese da proteção social, materializada por meio do livro “Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional”, com autoria de Suely Gomes Costa. Nesta obra, a autora visa abordar a relação existente entre a proteção social e o Serviço Social, de modo a desvendar os signos existentes entre estes e como incidem sobre a cultura profissional.

Por se tratar de uma tese apresentada para o cargo de professora titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, tal qual evidencia Costa (1995), “os capítulos foram elaborados, intencionalmente, com autonomia” (COSTA, 1995, p. 15), com suas devidas articulações e de maneira pretensamente “fiel a tradição marxista” (COSTA, 1995, p. 15), donde o posicionamento da autora quanto “a negação da onipotência das explicações genéricas” (COSTA, 1995, p. 15), seguindo a linha de pesquisa evidenciada pelos autores que comumente estudam o espaço cultural e dotada de um caráter investigativo de natureza empírica.

Em E. P. Thompson busco o caminho a seguir na produção do conhecimento, começando por negar ‘a possibilidade de subordinar o comportamento histórico a um conjunto de leis universais ou de teorias que tudo abrangem’ [...]. Tentei, o tempo

todo algum rigor empírico. Valeram-me para isso, o contato íntimo com a organização documental da Escola de Serviço Social, com a memória viva de algumas assistentes sociais e com a orientação regular de projetos de pesquisa, que vêm buscando e encontrando, nessas fontes, importantes subsídios de revisão historiográfica (COSTA, 1995, p. 15).

No seio da sociedade brasileira, enquanto solo em que a particularidade da proteção social se engendra na realidade, a partir de suas características de formação e culturais, segundo Costa (1995) no ato de naturalização da pobreza até fins do séc. XIX encontra-se parte da responsabilização do sofrimento presente na reprodução da vida social. Homens livres, pobres e escravos acabaram por moldar sua forma de subsistência, a partir de como se organizava a sociedade em cada período histórico e valendo-se de velhas práticas de sobrevivência (como o plantio e a coleta de alimentos dispostos diretamente na natureza) sempre que necessário (COSTA, 1995).

Da “dialética da escravidão, numa economia pouco monetarizada” (COSTA, 1995, p. 20) a autora extrai dois apontamentos centrais para sua discussão acerca da proteção social, sendo esta trazida não como política social, mas como rede de proteção e dependência entre os sujeitos e que “constroem a complexidade da trama social na qual as práticas assistenciais se movem” (COSTA, 1995, p. 20); e “a nítida proeminência das mulheres em geral, e em particular das brasileiras, de diferentes classes e etnias, na efetivação dessas práticas” (COSTA, 1995, p. 20), não sendo essas práticas exercidas como ações humanitárias, mas sim de caráter profissionalizante, pois remunerado, e assistencial, ainda que pouco indistintas das de teor caritativo e religioso no período histórico que estavam inseridas, sendo exemplares para Costa (1995) as “amas-de-depósito” e as criadeiras.

Assim, Costa (1995) mergulha no histórico das primeiras formas de proteção social, em que afirma que desde o Brasil colônia, no Rio de Janeiro, já se visualizavam algumas ações humanitárias e beneficentes, dispendidas para o auxílio da saúde, da velhice e da família, ainda que circunscritas aos imigrantes europeus, formando laços de “proteção (e de dependência)” (COSTA, 1995, p. 22). Nesse mesmo Estado, em 1940, quando a Legião Brasileira de Assistência - LBA centra suas ações para a maternidade e infância, e há a transferência dos chamados “casos dolorosos” para a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, mesmo em meio as limitações das respostas interventivas, começa-se a fortalecer o aparato assistencial e educativo das escolas, além de haver um acompanhamento por parte da LBA das alunas bolsistas de Serviço Social envolvidas no processo (COSTA, 1995).

Os estudos daí decorrentes, segundo a autora, possuíam “uma linha de continuidade histórica com a narrativa humanitária” (COSTA, 1995, p. 19) sendo alguns de seus indicadores

“muito sugestivos quanto ao sentido dos signos na emergente cultura profissional dos assistentes sociais” (COSTA, 1995, p. 19).

A cultura profissional, é pensada a partir da realidade brasileira, sendo a visibilidade das mulheres no circuito da divisão sexual do trabalho, de grande interesse de Costa (1995) já que a medida que, perante o aumento da complementariedade feminina e masculina nas práticas assistenciais, há o processo de visibilidade pública da mulher nesse cenário, bem como a abertura de um espaço de atuação de corte assistencial, que em muito se relaciona, por estas características, ao Serviço Social, e a influência exercida desses signos na profissão (COSTA, 1995).

Ao abordar a transformação social como um signo, a autora aponta que esta surge na realidade brasileira, em fins do séc. XIX e início do séc. XX, junto a classe operária e associada a um movimento de contestação por melhores condições de vida e trabalho, o que, todavia, não possuía um teor revolucionário como é trazido na obra de Marx. Quando o conceito de transformação social se aproxima inicialmente do marxismo, o faz de maneira confusa e imprecisa, acompanhado de uma forte campanha católica de caráter anticomunista, que ao se posicionar perante a pobreza da sociedade, visa obter sua transformação ainda que parcial (COSTA, 1995).

O signo da transformação social, engendra-se pouco e pouco no Serviço Social, a partir das mudanças na realidade, da necessidade de respostas profissionais mais efetivas ao quadro da questão social em voga, havendo pois, mudanças essenciais no currículo mínimo e a introdução de disciplinas como a de desenvolvimento de comunidade e a aproximação entre os anos 1950-1970 dos cursos de Serviço Social à “frações dos conteúdos críticos das correntes cepalinas e isebianas por processos bem peculiares à história e à cultura profissional” (COSTA, 1995, p. 70).

Ao avançar para a movimentação dos signos na profissão, o sincretismo manifesta-se mais veemente em seu trabalho, ao passo que a autora desenvolve a crítica acerca das generalizações e como resultante disso aponta para a negação da história operada pelo Serviço Social, bem como a crítica acerca da categoria de totalidade, de modo que o sincretismo ali existente cumpre o papel de confirmar que o marxismo não é útil para o entendimento da realidade, ao argumentar que este não daria conta da particularidade mais real dos fenômenos, nem dos aspectos culturais, evidenciando assim, os limites de interpretação da teoria social de Marx no período.

Para Costa (1995) o Serviço Social “ ‘protegeu-se’ significativamente das relações de contraste com outros signos em circulação, no interior da própria tradição marxista” (COSTA,

1995, p. 79), de modo que a partir dos anos 1970, em meio a repressão ditatorial, afasta-se dos conceitos de participação e conscientização, que se encontravam associados sobretudo a “noção de transformação social e à tradição marxista” (COSTA, 1995, p. 80-81). Nesse contexto, opera-se segundo a autora algumas generalizações essenciais, como as do movimento intelectual de Althusser e Erving Goffmann, no qual a faz levantar a hipótese de que “reinventando velhas tradições filosóficas, simplesmente tem se ignorado a historicidade dos fenômenos sociais” (COSTA, 1995, p. 86-87).

A exigência de incluir – como um preceito irrecusável – a qualquer postura investigativa a noção de totalidade tão cara a esse legado, tem causado muitas dificuldades de entendimento das orientações marxistas na história da cultura, por exemplo. O particular, o inédito, o atípico, exatamente as situações que levam à descoberta de processos sociais quase invisíveis, não percebidos nas abordagens de enquadramento normativo, ainda são, de modo preconceituoso, pensados como temas que nada informam da ‘totalidade’ (COSTA, 1995, p. 91).

Nesse prisma, os meandros da problemática do sincretismo presentes no estudo de Costa (1995), tem, portanto, visibilidade quando ao realizar a crítica das generalizações realizadas pela categoria profissional, de referenciais como Althusser e outros, expande sua argumentação para o referencial da tradição marxista, no qual a partir disso, a faz entender esta também como outra generalização do conhecimento, e, ao passo que o marxismo postula como preceito fundamental a noção de totalidade, traria dificuldades para o entendimento das particularidades, eixo considerado para a autora como responsável pela mobilidade e avanço das pesquisas.

Tais implicações sincréticas tem como sustentáculo objetivo os equívocos que perpassaram a tradição marxista no período de sua consolidação, no qual “o suposto que informa a crítica da autora é o que deve ser colocado no centro do debate: *o viés economicista da abordagem de Marx sobre a produção e, conseqüentemente, a reprodução*” (IAMAMOTO, 2015, p. 314, grifos da autora), que expressa-se segundo Iamamoto (2015), no trabalho de Costa (1995), perante a ausência de distinção dos equívocos da abordagem economicista na leitura de Marx e o real alcance da obra marxiana, havendo a impossibilidade de compreender que:

Sua noção de produção não trata apenas da produção de coisas – o que a aprisiona no campo estrito da ‘economia’ tal como considerada no senso comum –, mas da totalidade das relações sociais entre os homens, por meios das quais as ‘coisas’ são produzidas, como lucidamente, já alertara Engels (IAMAMOTO, 2015, p. 314, grifos da autora).

Dessa maneira, Costa (1995) reproduz os equívocos engendrados pela abordagem economicista da obra de Marx, não sendo passível de compreender a categoria de totalidade e a historicidade substancial de suas categorias ³³ (IAMAMOTO, 2015), em virtude tanto das barreiras postas a consolidação da tradição marxista pelo Serviço Social; em maior ou menor medida também, das características da formação da autora que transita entre Serviço Social, Economia e História; como também do sincretismo como importante “mistificador” (MARANHÃO, 2016a), na medida que ao requerer um conhecimento instrumentalizável, com recurso sobretudo do viés histórico e antropológico, dispensando a teoria marxiana, reproduz “no plano teórico acadêmico, o seu inerente sincretismo” (MARANHÃO, 2016a, p.6), o qual pela natureza sincrética aqui já exposta, visa reproduzir sobremaneira “aquilo que é inerente a condição social da profissão” (MARANHÃO, 2016a, p.6) notoriamente, seus aspectos mais conservadores.

3.6 A TESE DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL (2001)

Como contribuição significativa aos fundamentos teórico-práticos do Serviço Social, que marca a fase final em que se consolida a apropriação ontológica da tradição marxista pela profissão, temos “Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional”, de Marina Maciel Abreu, defendida em 2001 e publicada no posterior ano, enquanto representante do conjunto de reflexões de aproximação gramsciana desenvolvida pelo departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão.

Em um trabalho anterior, intitulado “Metodologia do Serviço Social: a práxis como base conceitual”³⁴, de 1989 em parceria com Franci Gomes Cardoso, apresenta-se uma discussão preambular sobre a metodologia do Serviço Social, tendo a práxis compreendida a partir de Gramsci, como tônica para discussão da questão metodológica, que apresenta diferenças substanciais com outras concepções apresentadas no período, dentre eles Paulo Netto e Kameyama no qual defendem que “o Serviço Social não possui uma teoria e um método próprios, sendo que o quadro teórico que informa a profissão é anterior a ela e deriva das diferentes matrizes do pensamento social” (SIMIONATTO, 2011, p. 215).

³³ De maneira complementar ao sincretismo, encontra-se em Costa (1995) alguns aspectos pertinentes a expressão da pós-modernidade, mediante, grosso modo, a negação das categorias modernas e os questionamentos da autora que o marxismo no plano cultural não conseguiria explicar a particularidade micro dos fenômenos.

³⁴ Uma análise mais acurada sobre a obra em questão encontra-se em Simionatto (2011).

Segundo Simionatto (2011) “embora Gramsci parta da análise da economia realizada por Marx e Lênin para desenvolver suas reflexões, a noção de práxis é elaborada a partir do agir humano no âmbito da política” (SIMIONATTO, 2011, p.216) e não do Trabalho, marco categorial central em Marx. O estudo de Maciel e Cardoso (1989), mostra-se aqui relevante, não somente pela demarcação do entendimento e aproximação as categorias gramscianas pelas autoras, e sim, porque nele, vincula-se tais categorias para o traçado de uma metodologia da profissão, que como núcleo transversal e estratégico apresenta a prática pedagógica, que “deriva da formulação gramsciana de que ‘toda relação hegemônica é necessariamente uma relação pedagógica’ ” (SIMIONATTO, 2011, p. 219).

Nesse prisma, em Serviço Social e a organização da cultura, tem-se como objetivo maior apresentar “a função pedagógica do assistente social, demarcada a partir de sua inscrição nos processos de organização da cultura – elementos constitutivos das relações de hegemonia” (ABREU, 2011, p. 17), onde a função pedagógica na profissão seria determinada por sua vinculação com as classes sociais e materializada “por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos” (ABREU, 2011, p. 17), além de possuir como mediação as relações circunscritas pelo Estado e sociedade civil perante as expressões da questão social, e sendo o Serviço Social vinculado as estratégias que se dispõem as partir destes organismos por meio das políticas sociais, com especial destaque dado pela autora a política de assistência social em paralelo a outras políticas em menor proporção (ABREU, 2011).

Partindo da organização da cultura desde a concepção de americanismo e fordismo em Gramsci, até o que denomina de reatualização deste americanismo a partir do anos 1930, em face da introdução do padrão de regulação do Estado de bem-estar social³⁵, a autora visa capturar como o processo de racionalização da assistência social vincula-se a organização da cultura, diante da “necessidade inerente a reprodução do capital de reatualizar as práticas assistenciais imprimindo as mesmas um cunho ‘educativo ressocializador’ ” (ABREU, 2011, p. 21).

Essa característica imprimida a assistência , configura-se como parte dos mecanismos dispendidos pelo capital, como meio de controlar as classes subalternas além de conquistar seu consentimento, sendo pois, a assistência social “um mecanismo pedagógico constitutivo de

³⁵ Importante acentuar que o Estado de bem-estar é abordado pela autora a partir de suas características gerais que marcam a incorporação desta forma de Estado nos países centrais, possuindo uma forma heterogênea a partir da realidade de cada país, à exemplo do Welfare State na Inglaterra, Etat-providence na França e Sozialstaat na Alemanha.

processos de organização da cultura” (ABREU, 2011, p. 21) e ao passo que atende as necessidades da classe trabalhadora, cumprindo um papel ideológico na realidade social, se apresenta como “componente material que é referência concreta de determinada pedagogia” (ABREU, 2011, p. 21) além de “eixo principal da organicidade da inserção do Serviço Social nas relações sociais” (ABREU, 2011, p. 21).

Para a autora, mesmo diante da Renovação da profissão e da inscrição da política de assistência social na seguridade social, assegurada pela Constituição Federal brasileira de 1988, não se conseguiu desvendar o caráter “educativo mistificador” desta política (ABREU, 2011, p. 21), afirmando que:

Nem as mudanças introduzidas no âmbito legal-institucional, nem as experiências daí resultantes significaram uma superação do assistencialismo e filantropismo na trajetória dessas práticas no país e de seus efeitos subalternizantes perversos sobre as classes subalternas (ABREU, 2011, p. 22).

A partir das características que conformam a assistência social face as demais políticas na realidade social, tem-se um duplo processo de mistificação da função pedagógica que perpassa o exercício profissional do assistente social ao passo que “tende a manter-se mistificada, ao mesmo tempo em que é instrumento de mistificação das relações sociais, das quais a prática profissional é parte [...] e se concretiza” (ABREU, 2011, p. 22).

Sobre esse solo argumentativo, Abreu (2011) visa desbordar os dois processos de organização da cultura situado no embate entre as classes em busca da garantia da hegemonia, tendo como imperativo o padrão de produção e trabalho em vigor, e como incidem na prática do/a assistente social.

O primeiro, referente ao padrão de produção e organização do trabalho fordista/taylorista, próprio do período em que há a institucionalização do Serviço Social nos Estados Unidos, como influxo central para a discussão da autora, aponta para um trabalho profissional inserido nas formas de controle social materializados nas práticas de caráter assistencial. Nesse momento, em que se organiza o “americanismo”, os/as assistentes sociais são requisitados para obtenção do consentimento/consenso das classes subalternas as disposições do capital, dispondo de uma função pedagógica, de caráter persuasivo e coercitivo, que tem como princípio educativo³⁶ “o estabelecimento de um *conformismo social* no seio da sociedade” (ABREU, 2011, p. 43, grifos do autor).

³⁶“O princípio educativo, a rigor, significa uma adequação do processo ideológico formador de determinado modo de vida – cultura – às necessidades e imperativos de um tipo de racionalização produtiva. Portanto, é produto do

Mediante as exigências fordista-tayloristas, esse conformismo social traduz-se num “conformismo mecanicista” (ABREU, 2011, p. 43), já que esse princípio educativo “supõe um equilíbrio psicofísico puramente mecânico” (ABREU, 2011, p. 43) do trabalhador, em vistas de “impedir o colapso fisiológico do trabalhador esgotado pelo novo método de produção” (ABREU, 2011, p. 43).

O segundo processo de organização da cultura trazido pela autora, diz respeito ao “conformismo fordista/keynesiano” (ABREU, 2011, p. 69), que se inicia dos anos 1930 a 1940, em face da crise do capital de 1929-1932 e as saídas possíveis desta, consolidando-se a partir de 1945 com os pilares do estado de bem-estar social que abarca os países centrais, e modifica o padrão cultural anterior. Ainda que não tenha sido instaurado na América Latina, “pelas relações imperialistas norte-americanas no continente” (ABREU, 2011, p. 82) e outros determinantes econômicos, políticos e de lutas sociais, sua influência se acerca ao Brasil (ABREU, 2011).

Nesse caminho, é que a autora apresenta os três perfis pedagógicos da prática profissional, assentados na pedagogia da “ajuda” (1930-1940); pedagogia da “participação” (1950-1960) e a pedagogia emancipatória pelas classes subalternas (a partir de 1970 e que permanece ainda em intenção de construção). Todas essas pedagogias se ancoram na realidade social brasileira, em que se encontravam inseridos os/as assistentes sociais, bem como as correntes ideológicas que perpassam as políticas sociais e a prática profissional nos distintos períodos destacados (ABREU, 2011).

Curiosamente, o sincretismo que perpassa a obra da autora, parece não residir nas categorias que compõem sua tese da função pedagógica, nem nas pedagogias a que se reporta, evidenciando-se justamente na compreensão da gênese e especificidade do Serviço Social, corroborando com o que viemos apontando na consecução desse trabalho, de que o sincretismo perpassa a constituição material do Serviço Social, e por isso, ao passo que Abreu (2011) se debruça sobre a prática profissional, o sincretismo tende a se manifestar. E, por que o trabalho de Abreu (2011) traz a função pedagógica desta profissão em especial, na medida que não consegue compreender a gênese da profissão devidamente, rebate em uma parte precípua ou fundamental da argumentação de sua tese.

Assim, o principal eixo sincrético apresentasse quando ora afirma que parte da compreensão em consonância com Paulo Netto:

movimento contraditório entre estrutura/superestrutura, em suas expressões particulares, em um momento histórico” (ABREU, 2011, p.43).

Quanto à emergência do Serviço Social na sociedade, como atividade profissional vinculada ‘à dinâmica da ordem monopólica’, resultando da ‘intercorrência do conjunto de processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais’. Não expressa, pois, mera derivação de exigências e demandas postas pelo agravamento da questão social, no início deste século, nem uma consequência lógica de um processo cumulativo no campo da racionalização da filantropia em bases teórico-científicas (ABREU, 2011, p. 41).

E ora afirma:

Assumo nesta obra o ponto de vista de que o assistente social emerge na sociedade capitalista moderna como um intelectual profissional do tipo tradicional, no sentido gramsciano (Simionatto,1995), considerando que a institucionalização do Serviço Social como profissão na referida sociedade revela o seu enraizamento nas ‘práticas sociais pré-capitalistas’ (Simionatto,1995: 208), ou seja, nas práticas de assistência social, conforme as ponderações anteriormente expostas, as quais ‘deitam raízes antes mesmo da idade média, como forma de ajuda aos pobres, prosseguindo durante o feudalismo e atravessando o período capitalista’ (Simionatto,1995:207). Tais práticas são redefinidas a partir dos interesses do capital, em sua fase monopolista, como mecanismos de controle social face às exigências do processo de acumulação, processo este sustentado no seu oposto, isto é, na máxima exploração da força de trabalho, causadora do crescente empobrecimento material e espiritual da classe trabalhadora (ABREU, 2011, p. 48-49).

Ao transitar de Paulo Netto (2009) à Simionatto (2011), a autora parte de duas compreensões distintas, inseridas em dois eixos eminentemente “contrários e excludentes” (MONTAÑO, 2009, p. 19) sobre a compreensão da natureza profissional do Serviço Social – a perspectiva endogenista e a histórico-crítica – no qual o enlace de ambas se apresenta como expressão contundente do sincretismo.

No estudo de Abreu (2011) não há, portanto, clara distinção das práticas de ajuda e caritativas com a prática profissional institucionalizada da profissão, porque não se opera a cisão com a perspectiva endogenista na qual “sustenta a origem do Serviço social na evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na ‘questão social’” (MONTAÑO, 2009, p. 20).

A autora aponta ainda que “a assistência social não constitui uma função essencial originária do capitalismo, embora para o desempenho da mesma em bases técnicas tenha sido impulsionada a referida institucionalização do Serviço Social” (ABREU, 2011, p. 49), denotando certo grau de evolução das ações anteriores ao capitalismo para a política de assistência social, relacionando-se nesse ponto com a perspectiva endogenista da profissão; e em paralelo podendo imbricar na compreensão acerca da “questão social”, que é objeto de enfrentamento profissional, à medida que implica igualar também as características da pobreza

das sociedades pré-capitalistas com a surgível no modo de produção com base na relação capital e trabalho.

As implicações desse núcleo sincrético sobre a natureza da profissão, envereda-se, portanto, para as mediações utilizadas adiante, onde se considerado que a tese pedagógica dos/as assistentes sociais, tem como mediação importante a assistência social, abre-se outro leque de implicações a depender da concepção de política social defendida (MONTAÑO, 2009; PASTORINI, 2009).

Chegado ao final do percurso empreendido, vimos que no bojo de todas as teses trabalhadas, tornou-se possível apontar para a presença de expressões sincréticas, apesar de apresentarem nuances diferenciadas a depender do nível de apropriação da tradição marxista e o período em que se encontravam inseridas as obras. Vimos também que desde a tese de correlação de forças até a tese mais recente por nós revisada, a da função pedagógica do/a assistente social, (como partícipe do período de consolidação em trânsito da apropriação ontológica do marxismo) os níveis de apropriação ideológica e epistemológica se expressaram na direção de seus trabalhos, influenciando sobremaneira para a manifestação do sincretismo.

Com isso, observa-se que o sincretismo que perpassa a profissão, mediante os níveis predominantes de apropriação do marxismo, a movimentação histórico-social em que estas obras foram produzidas em meio ao movimento de renovação da profissão e o processo de conquista de hegemonia da perspectiva de “intenção de ruptura”, encontra o suporte necessário para permanecer na profissão, no qual o processo de abstração teórica realizado pelos autores em suas obras são provas exemplares da materialidade sincrética existente na constituição da profissão.

Em consonância com o entendimento categorial do sincretismo, compreendemos que este constitui-se enquanto uma totalidade que no âmbito do Serviço Social devido as características fundamentais da natureza da profissão conformam um núcleo catalisador do conservadorismo, que na particularidade da profissão possui como expressão primordial a requisição de um conhecimento que mesmo se anunciando crítico-dialético-marxista aproveita-se das condições sócio históricas do período para dispor de operações sincréticas, aliando teorias por vezes dispares mas que atendem a função e necessidade demandada a profissão, o qual quando realizada a operação sincrética passa desapercibida para a maioria do conjunto da categoria profissional, havendo neste movimento a complementação do arremedo sincrético, que por sua vez trata de garantir a reprodução intelectual do sincretismo, já que ao menos ao nível empírico e particular, as expressões sincréticas respondem adequadamente aos questionamentos levantados e demandados no exercício profissional cotidiano.

Cabe mais uma vez ressaltar que a manifestação dos elementos sincréticos, não foram de responsabilidade absoluta dos respectivos pesquisadores, devendo-se considerar o movimento de maturação e consolidação teórica recente acumulada pelo Serviço Social brasileiro e que no período das obras por nós refletidas estava-se construindo esse arsenal que há na atualidade, e que foram perpassados pela estrutura materialmente sincrética já existente na profissão. Percebam que a construção de nosso estudo só pode ser viabilizada a partir do acúmulo teórico realizado pela profissão renovada, donde as obras que aqui tomamos como objeto de análise, do ponto de vista analítico, não dispunham da compreensão que temos hoje da profissão.

Sendo isso exposto, para que o sincretismo fosse fortalecido, contou-se com as obras mais críticas que se podia ter contato no momento, em meio a apropriação conturbada do Serviço Social à uma tradição marxista ampla e que dispunha de um marxismo alterado distante da teoria social de Marx; de um contato com Gramsci também problemático e realizado por intérpretes dispendo de categorias afastadas do conjunto original da obra gramsciana, acrescentando-se a isso os demais autores visualizados nas disposições sincréticas das teses apresentadas, quer sejam, Althusser, Foucault, Goffmann, Hegel, Martins entre outros, que como elo comum possuíram o fato de não terem obras totalmente incompatíveis com a tradição marxista³⁷, isto é, para que a expressão sincrética se estabelecesse, ao menos ao nível de algumas particularidades estas obras pareceram dialogar com a tradição marxista mesmo que não fossem ao nível de sua essência, daí decorrendo o sincretismo ao passo que possibilitou-se o diálogo com elementos ao nível aparente e singular de correntes teóricas com núcleos conflitantes, o qual não bastasse isso tudo creditaram-se todas como se fossem partes que compunham uma tradição em especial – a tradição marxista.

Diante disso, o sincretismo presente na profissão a fim de consubstanciar suas expressões, na impossibilidade de desvincular o contato do Serviço Social ao marxismo perante o contrapeso da renovação profissional e a realidade histórica de transformações na sociedade brasileira, cumpriu nas teses apresentadas a função de adequar esta tradição marxista aos eixos conservadores da profissão, dispendo do diálogo aparente de divergentes correntes teóricas

³⁷ Compreendemos que o sincretismo existente no Serviço Social dificulta a relação da profissão com o marxismo, o considerando incapaz de responder adequadamente as demandas da profissão, todavia, o marxismo apresentou-se historicamente na profissão como melhor possibilidade de realização de crítica e leitura da realidade profissional além de sua intervenção, o que nos leva a apontar que ainda que o marxismo seja um importante conduto de crítica dos aspectos sincréticos da profissão, o Serviço Social por ser essencialmente sincrético tende a dificultar um encaixe genuíno entre a prática profissional e o marxismo.

apresentadas sob o título de Marxismo, que como saldo fundamental, fortaleceu a já existente estrutura sincrética do Serviço Social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vistas da argumentação apresentada, foi possível observar a construção categórica do sincretismo desde o movimento de resgate da estrutura sincrética que conforma sua base objetiva na realidade até as principais particularidades pertinentes ao caráter sincrético do Serviço Social. Enquanto fenômeno basilar presente na natureza profissional, desde as origens do Serviço Social mediante seu surgimento e institucionalização no capitalismo monopolista, o sincretismo acompanha a trajetória profissional, seja por meio da configuração das políticas sociais viabilizadas pelo Estado burguês e sua relação com o cotidiano que marca a totalidade da vida social, seja pelos rumos empreendidos pela profissão em seu percurso histórico (PAULO NETTO, 2009).

Foi possível ainda apontar para a relação existente entre conservadorismo e sincretismo com um viés sobretudo impulsionador, no qual, à medida que há o fortalecimento de um ou outro favorece-se a permanência de ambos na profissão, embora tivéssemos apontado em nossa discussão para o sincretismo como fenômeno substancial para a permanência do conservadorismo na profissão, uma vez que, está face do conservadorismo decorre em grande medida do aspecto sincrético inerente a natureza sócio-profissional, ainda que não se restrinja apenas a este, visto que se consubstancia numa tradição de pensamento que ultrapassa a existência do Serviço Social.

A profissão mesmo após sua Renovação permaneceu sobre os influxos de duas singularidades, a sincrético-conservadora e o ecletismo, o qual entendemos que não somente pelos limites do estudo de nosso objeto, o sincretismo tem notável destaque já que compreendemos que este é um elemento responsável por suscitar o ecletismo na profissão. Por isso o ato de dedicar-se a aproximação da totalidade do sincretismo com a elucidação de suas características e tendências na profissão, donde as implicações de ordem sincrética que a atravessam, e que tem seus pilares centrados na aproximação a tradição marxista e seus impasses, além da discussão dos aspectos conservadores da profissão situada no conflito de classes oriundo da dominação burguesa (SOUZA, 2016; MARANHÃO, 2016).

Com o contato na década de 1970 ao marxismo e a construção de um diálogo efervescente e cada vez mais crítico, inicia-se a crítica de importantes eixos conservadores pelo movimento de renovação, que mesmo não sendo uma crítica diretamente feita ao aspecto sincrético desconhecido naquele momento pela profissão, a renovação operada pelo Serviço

Social brasileiro ao se direcionar para a tentativa de ruptura com as bases conservadoras se apresentou como importante eixo para o enfrentamento dos aspectos sincrético-conservadores na profissão, mas que em sua tentativa de ruptura não conseguiu eliminar, dentre outras coisas, as implicações de requisição do conhecimento sincrético passível de instrumentalização em consonância com o exercício profissional e sua respectiva reprodução intelectual também sincrética, que devido ao contato enviesado do Serviço Social a uma tradição marxista com diferentes interpretações da teoria social de Marx possibilita o fortalecimento do sincretismo (MARANHÃO, 2016; PAULO NETTO, 1989).

O contato enviesado do Serviço Social a tradição marxista materializou-se por meio de instâncias de apropriação do marxismo caracterizadas por seu aporte ideológico, epistemológico e ontológico, o qual os dois primeiros repercutiram substancialmente nas produções resultantes da renovação profissional e contribuíram de maneira contumaz para o sincretismo profissional e suas respectivas implicações (SANTOS, 2007). Desta feita, ao nos debruçarmos sobre as teses que materializaram as abstrações teóricas que marcam cada momento dessas apropriações nos vimos de frente a expressões sincréticas que se apresentaram no Serviço Social tanto no período em que tais operações foram realizadas, em meio a cada nível de apropriação, quanto no período que se mostrou necessário para que a apropriação ontológica do Serviço Social fosse consolidada.

Nesse sentido, tais expressões sincréticas apresentaram, portanto, lugar e tempo na história do Serviço Social, e considerando que o sincretismo é uma parte ineliminável da profissão além de saber que a direção hegemônica do projeto ético-político atual não é estática e imutável, compreendemos que mesmo mediante a apropriação ontológica do marxismo o sincretismo permanece sendo importante veículo do conservadorismo na profissão, podendo se expressar de diferentes maneiras na atualidade, haja vista a diversidade de projetos profissionais em disputa na realidade, dentre eles os de cariz conservador.

Nos marcos de nosso trabalho, examinamos a presença destas expressões perante a influência das apropriações ideológica e epistemológica, o qual a tese de correlação de forças de Faleiros (1985) cumpriu a função de demonstrar a dimensão do sincretismo sob influxo do semblante militante que perpassava a profissão na década de 1970, se apropriando de obras gramscianas e marxianas distanciadas do conjunto de ideias originais, que quando em contato com outro conjunto diversificado de matrizes teóricas colaboraram para atender os anseios políticos da categoria ao dispor de um aspecto que se anunciava capaz de ser executado na atuação profissional aliado a um discurso com perspectiva de captura do poder nas instituições.

Com isso, evidenciou-se a manifestação sincrética no trabalho de Faleiros (1985) ao passo que ao realizar esta operação, atendeu sumariamente ao que requisitava o sincretismo profissional, quer seja, a formulação de um conhecimento capaz de ser adequado a realidade presente no exercício profissional em 1970, que confrontava uma prática apolítica, que avaliasse as condições de forças e poder nas instituições a fim de obter-se um resultado profissional maior, mas que não consegue desprender-se dos equívocos do contato com a teoria “crítica” althusseriana (IAMAMOTO, 2015; SIMIONATTO, 2011).

A tese da identidade alienada, inserida no nível de apropriação epistemológica do marxismo, apresentou como marca exemplar a resposta a um dos debates essenciais do movimento de questionamentos vivido sobre a natureza da profissão em meio aos debates proporcionados nas formulações do código de ética de 1986, donde a operação sincrética de conceber a tese da identidade alienada do Serviço Social, tomando como recurso matrizes do campo materialista e idealista com Marx e Hegel, e sendo perpassada transversalmente por categorias gramscianas essenciais para o movimento de ruptura com a identidade atribuída a profissão. Aqui, frente ao contato enviesado da profissão ao marxismo, o sincretismo mostrou-se a operação mais viável para plasmar sua discussão, uma vez que ora o materialismo respondia adequadamente a apreensão das relações capitalistas e ora coube ao idealismo cobrir as lacunas apresentadas frente a alienação capitalista que atribuía uma identidade profissional em consonância com a ordem burguesa.

A tese da assistência social, a tese da proteção social e a tese da função pedagógica do/a assistente social encontraram-se circunscritas ao nível de apropriação ontológica ainda em processo de consolidação, e que neste trânsito, apresentou-se sobre alguns influxos da apropriação epistemológica, uma vez que é preciso considerar que o processo de consolidação da apropriação da tradição marxista não ocorreu vertiginosamente, carecendo de tempo para completar-se.

A tese da assistência social e a da proteção social, ainda que concluídas até meados dos anos 1990, e apresentando uma aproximação maior ao conjunto da obra marxista, tiveram suas diferenças. Embora a tese de assistência social apresente uma discussão que aparentemente passe sem ressalvas devido ao nível da discussão empreendida, mediante a falta de contato com as fontes clássicas marxianas a expressão sincrética é evidenciada, ao passo que a faz realizar uma discussão da relação existente entre pobreza e subalternidade apenas com o olhar de intérpretes gramscianos. Yasbek (2007) mesmo não realizando uma análise mais profunda da pobreza, consegue atender ao que requisitava o sincretismo profissional, haja vista que, atende

ao objetivo de apresentar a política de assistência social na ótica das classes subalternas, sem um aprofundamento teórico que remeta as questões mais centrais que perpassam os usuários dos serviços sociais desta política específica. Observa-se que o sincretismo trata de obscurecer a realidade dos fenômenos em vistas de defender as ideias dominantes consumadas, uma vez que ao impossibilitar uma visão profissional mais crítica que fortaleceria o polo dominado, favorece o caráter conservador necessário ao Estado burguês para a execução das políticas sociais em proveito do Capital.

A tese da proteção social cumpriu a função de questionar a legitimidade do marxismo para a compreensão da particularidade dos fenômenos da profissão, haja vista os equívocos que possibilitaram a leitura da teoria marxiana como uma teoria genérica que precisaria ser complementada. Ao fazer isso abriu-se espaço para o sincretismo se manifestar, uma vez que para se manter a direção teórico-metodológica marxista que respondesse aos dilemas da prática tinha-se de utilizar do recurso sincrético.

Àquela altura, com o contato enviesado do Serviço Social ao marxismo, não só era possível o sincretismo como resposta, bem como o sincretismo tornou-se o único meio de resposta para o problema da aproximação enviesada, ou seja, a expressão sincrética é alçada na medida em que inicia-se os questionamentos da relação entre Serviço Social e o marxismo visto que autores como Costa (1995) no momento histórico que estava vivenciando, em meio a consolidação do marxismo inconclusa, não tinham os meios de alçar uma leitura maior dos impasses do marxismo enviesado a não ser no âmbito da crítica a esta teoria e seus limites de potencialidade de entendimento da realidade, sendo uma visão endogenista na medida que realiza a crítica com base nos limites do marxismo apenas no circuito da profissão abordando sua incapacidade de contribuição maior aos questionamentos da profissão.

A tese da função pedagógica do/a assistente social possuiu como expressão sincrética o fato de aliar as duas perspectivas em disputa no Serviço Social acerca da compreensão da natureza da profissão no que tange a endogenista e a histórico-crítica. Em verdade, esta tese marca o final da consolidação da apropriação ontológica, e que tendo sido iniciada em finais de 1990 evidenciou como expressão da apropriação epistemológica a impossibilidade de compreender a natureza sócio-profissional, ou ao menos de partir em defesa de apenas uma destas perspectivas.

O sincretismo decorre sobretudo da apropriação gramsciana com “uma leitura de Gramsci que não é consensual” (IAMAMOTO, 2015, p. 318) aliado ao marxismo, que segundo

Iamamoto (2015) parece ter uma “leitura da profissão na história da sociedade – tratada na sua necessária dimensão político-ideológica – que desconsidera as implicações envolvidas na mercantilização dessa força de trabalho” (IAMAMOTO, 2015, p. 330). Na medida que direciona seu trabalho para a defesa da dimensão pedagógica presente no exercício profissional do/a assistente social, partindo da concepção gramsciana da profissão aliando-a a discussão da gênese da profissão no capitalismo monopolista representante da perspectiva histórico-crítica marxista, passa despercebido o sincretismo pela autora, uma vez que ambas as concepções defendidas se contradizem e negam-se mutuamente.

Diante disso, ao final deste trabalho confirmamos a hipótese lançada anteriormente de que as implicações do sincretismo perpassaram as obras que se debruçaram mais diretamente sobre a natureza da profissão, ainda que apresente particularidades distintas, uma vez que em cada tese o sincretismo se apresentou atendendo as necessidades e possibilidades de permanência do conservadorismo. Porquanto, nos trabalhos revisados, tanto buscou-se atender ao conhecimento capaz de ser instrumentalizado como a sua capacidade de ser reproduzido sincreticamente ao nível intelectual, tudo isto em face das particularidades que demarcam o contato da profissão a tradição marxista no âmbito da realidade brasileira.

Por suposto, ao confirmar a presença de expressões sincréticas em todas essas teses, confirma-se também a premissa complementar de que a tese do sincretismo perpassa todas as outras teses, o qual, o sincretismo afetou sobremaneira o direcionamento e construção delas, ao passo que possuíram como elemento comum o fato de aproximarem-se da natureza da profissão fundamentalmente sincrética.

Apesar de toda a discussão realizada girar em torno das fragilidades e questões problemáticas que atingem o Serviço Social, defendemos a importância do estudo sobre o sincretismo não como um dado apenas fincado na profissão, que poderia recair no campo do fatalismo, mas como passível de compreensão essencial pela categoria profissional a fim de ser utilizada como instrumento de luta contra tais determinações conservadoras, uma vez que só pode-se alçar estudos e práticas críticas, que são contrárias ao aspecto sincrético-conservador, com a identificação e entendimento do que se enfrentará.

A importância de situar o sincretismo reside, portanto, na necessidade de entender o que perpassa a natureza profissional, e como interfere até mesmo na direção ético-política da categoria, com o despontar do ecletismo e das influências de teorias conservadoras na profissão. Se o sincretismo não pode ser a pauta central de embates do Serviço Social, dado o caráter

ineliminável deste na profissão, não pode também ser deixado de escanteio nas discussões pertinentes aos direcionamentos futuros da profissão, uma vez que, constitui-se como mediação central para todos os debates travados acerca da natureza profissional que como sabemos, consiste em uma profissão que sempre esteve em constante mudança, assim como plasmada por inúmeros desafios.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BELFIORE, M; YAZBEK, M. C; RAICHELIS, R. Conscientizar é debater e lutar e não moldar e manipular... entrevista com VICENTE DE PAULA FALEIROS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 153-160, jan./dez. 1991.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. Brasília-DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

COSTA, S. G. **Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional**. São Paulo: Cortez, 1995.

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1985.

GIL, A. C. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S/A. 2002.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

INFOPÉDIA. **Sincretismo (sociologia)**: Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto-Portugal: Porto, p. 2019. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$sincretismo-\(sociologia\)](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$sincretismo-(sociologia))_ Acesso em: 10 mar. 2019.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

MACIEL, M.; CARDOSO, F. G. **Metodologia do Serviço Social**: a práxis como base conceitual. São Paulo: Cortez, 1989.

MANZANO, S. **Economia política para trabalhadores**. 2. ed. São Paulo: editora ICP, 2013.

MARANHÃO, C. H. **Serviço Social, Sincretismo e Política de Proteção Social na Atualidade**, 2016a. Disponível em:

https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/1079.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

MARANHÃO, C. H. Uma Peleja Teórica e Histórica: Serviço Social, Sincretismo e Conservadorismo. *In*: MOTA, A. E; AMARAL, A. (Org.). **Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016b. p. 174-196.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social**: identidade e alienação. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (v. 1, t. 2).

MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social de um prussiano. **Revista Práxis**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, set./ago. 1995.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Loyola, 1966.

OS CRETENSES. **Início da civilização Grega: Só História**. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2019. Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/ef2/grecia/cretenses.php>. Acesso em: 24 nov. 2019.

PASTORINI, A. As políticas sociais e o Serviço Social: instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? *In*: MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PAULO NETTO, J. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 5, p. 89-95, set. 1989.

PAULO NETTO, J. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 84, p. 5-18, nov. 2005.

PAULO NETTO, J; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ROCHA, I. L. **Reflexões sobre diferentes concepções de vida cotidiana no interior do marxismo**. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

ROCHA, S. N. R. R. **A Influência Do Ecletismo Na Produção Teórica Do Serviço Social Na Contemporaneidade**. 2005. 310 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. p. 59-105.

SANTOS, J. S. Apropriações da tradição marxista no Serviço Social. **Cadernos Especiais**, n. 42, 2007. Disponível em: www.assistentesocial.com.br. Acesso em: 15 jun. 2019.

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. 2008. 217 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, M. O. S. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, J. M. A. O sincretismo no Serviço Social: uma abordagem ontológica. *In: MOTA, A. E; AMARAL, A. Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016a. p. 114-136.

SOUZA, J. M. A **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. 304 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2016b.

YASBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.